

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

Participação Paterna, Coparentalidade e Responsividade Conjugal na dinâmica de conciliação trabalho-família

Carolina Gonçalves França

M

2025



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Participação Paterna, Coparentalidade e Responsividade Conjugal na dinâmica de
conciliação trabalho-família**

Carolina Gonçalves França

outubro de 2025

Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Marisa Matias* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Primeiramente, à Professora Marisa pelo acompanhamento rigoroso, orientação paciente e inspiração constante sem os quais seria impossível a conclusão deste trabalho.

Em seguida, à minha mãe, a quem dedico este trabalho: um dia espero ser metade de tudo o que és, pois só nessa metade serei excepcional. Que neste trabalho possas ver refletidos os teus melhores papéis - mãe e mulher - e que te sintas reconhecida por tudo aquilo que me inspirou a ser quem sou. Amo-te.

Ao meu pai, cujo orgulho em mim é imensurável e que acredita muito mais nas minhas capacidades do que eu mesma. Obrigada por teres garantido que eu conseguia, ainda antes de eu acreditar. És o meu exemplo de força, resiliência e sacrifício. Eu vejo-te e amo-te.

Ao meu irmão, que é e será sempre o meu eterno bebé, cuja presença iluminou todos os momentos desta jornada. Amo-te imensamente e estarei eternamente a torcer por ti.

Ao Rui, meu amor, a minha vida contigo é simplesmente aquilo pela qual ansiei desde criança. Obrigada por estares ao meu lado em cada passo, por me lembrares, sempre, que tens orgulho em mim. És a minha pessoa, o meu infinito, hoje e sempre. Amo-te.

À minha avó Raquel e à minha tia Cinda, por me lembrarem sempre de respirar e de descansar, confiantes de que eu conseguia o resto.

À Maria, que de cada vez que lhe disse que não conseguia mais me respondia que sim, que eu conseguia, e que tinha orgulho em mim. Obrigada por veres em mim algo que eu ainda não consigo ver sozinha, não sei se teria terminado este caminho sem ti. Aguardo ansiosamente os próximos capítulos da vida que ainda vamos partilhar.

À Marta, o meu furacão de energia e alegria: por me fazeres sorrir e por mostrares que para continuar só precisamos de rir e falar mais alto ainda. Dás cor à minha vida, amiga!

À Lara, ao André, ao Sérgio, ao Gonçalves, ao Gabriel, ao Zeca, à Isabel e à Beatriz, por todo o apoio, pela vossa ajuda sempre constante. Gosto de vocês imensamente.

À família do meu namorado, que acompanharam este projeto com carinho e interesse constantes, oferecendo ajuda e incentivo sem nunca falhar. Obrigada por me fazerem sentir parte da vossa família.

E, finalmente, ao meu avô Rogério e ao meu avô Jerónimo, que espero que estejam orgulhosos de mim. Que este trabalho seja uma homenagem a tudo aquilo que me ensinaram, aos exemplos de amor e família que me deixaram e ao orgulho que sempre nutriram na neta que, um dia, vos disse: “serei psicóloga”. Daqui até aí, com todo o meu amor.

Resumo

A transição para a parentalidade constitui uma fase de elevada exigência e adaptação familiar, frequentemente associada a uma diminuição da satisfação conjugal. No presente estudo teve-se como objetivo analisar o papel moderador da responsividade conjugal na relação entre a participação paterna, o conflito trabalho-família e a coparentalidade, neste período de transição. A amostra de conveniência foi recolhida online e foi constituída por 101 mães portuguesas, com filhos até aos três anos de idade e que tivessem regressado ao trabalho há pelo menos dois meses, que responderam a questões sociodemográficas e escalas validadas. A Escala de Responsividade Conjugal (Smallen et al., 2022) foi também adaptada e validada neste estudo. Realizaram-se análises fatoriais confirmatórias e análises de correlação para a testagem da escala, bem como análises de regressão com efeitos de interação para a testagem das hipóteses.

Os resultados indicaram que a escala apresentava adequada estrutura fatorial, boas propriedades psicométricas e bons indicadores de validade. A análise dos modelos de moderação demonstrou que em situações de baixa responsividade, a participação paterna apresentava efeitos positivos nas dimensões positivas da coparentalidade (apoio, reconhecimento e suporte). Já o conflito trabalho-família exercia efeitos mais negativos na sabotagem coparental, em particular quando a responsividade era baixa. Em contextos de alta responsividade, o efeito da participação paterna foi reduzido, indicando que a responsividade elevada não atuou como fator amplificador ou protetor das relações conjugais.

O estudo contribuiu para a melhor compreensão da coparentalidade no contexto português, validando um instrumento inovador e integrando diferentes variáveis num modelo sistémico.

Palavras-chave: responsividade conjugal; coparentalidade; participação paterna; conflito trabalho-família; essencialismo

Abstract

The transition to parenthood is a highly demanding phase requiring family adaptation, often associated with a decrease in marital satisfaction. The present study aimed to analyse the moderating role of marital responsiveness in the relationship between paternal involvement, work-family conflict and co-parenting during this transition period. The convenience sample was collected online and consisted of 101 Portuguese mothers with children up to three years of age who had returned to work at least two months prior and who responded to sociodemographic questions and validated scales. The Marital Responsiveness Scale (Smallen et al., 2022) was also adapted and validated in this study. Confirmatory factor analyses and correlation analyses were performed to test the scale, as well as regression analyses with interaction effects to test the hypotheses.

The results indicated that the scale had an adequate factor structure, good psychometric properties, and good validity indicators. The analysis of moderation models showed that, in situations of low responsiveness, paternal involvement had positive effects on the positive dimensions of co-parenting (co-parenting support, co-parenting closeness and endorse partner parenting). Work-family conflict, on the other hand, had more negative effects on co-parenting undermining, particularly when responsiveness was low. In contexts of high responsiveness, the effect of paternal involvement was reduced, indicating that high responsiveness did not act as an amplifying or protective factor in marital relationships.

The study contributed to a better understanding of co-parenting in the Portuguese context, validating an innovative instrument and integrating different variables into a systemic model.

Keywords: partner responsiveness; co-parenting; paternal involvement; work-family conflict; essentialism

Índice

Introdução	1
1. Conjugalidade, coparentalidade e participação paterna	3
2. Articulação trabalho-família na transição para a parentalidade	5
3. Objetivo do estudo e hipóteses	7
Método	10
1. Procedimento	10
2. Participantes	11
3. Instrumentos de medida	11
3.1. Satisfação com a Relação coparental	12
3.2. Responsividade Conjugal Masculina	12
3.3. Participação Paterna nos Cuidados Parentais	13
3.4. Conflito Trabalho-Família	13
3.5. Essencialismo	13
3.6. Satisfação Conjugal	14
3.7. Stress Parental	14
3.8. Distress Psicológico	14
4. Análise de Dados	14
Resultados	15
Análises preliminares	15
Estudo 1 - Análise da estrutura da escala de responsividade conjugal	16
Estudo 2 - Papel moderador da responsividade conjugal na relação entre a participação paterna e coparentalidade	18
Moderação da responsividade conjugal na relação entre participação paterna e coparentalidade	19
Moderação da responsividade conjugal na relação entre o conflito trabalho-família e coparentalidade	21
Análise complementar - o papel do essencialismo	23
Discussão	26
Contributos, limitações e estudos futuros	31
Referências Bibliográficas	33

Anexos	40
Anexo 1 - Características sociodemográficas da amostra.....	40
Anexo 2 - Saturações fatoriais padronizadas dos itens da Escala de Responsividade Conjugal (AFC).....	42
Anexo 3 - Efeito moderador Responsividade na participação paterna e no apoio na coparentalidade.....	43
Anexo 4 - Efeito moderador responsividade na participação paterna e no reconhecimento na coparentalidade.....	43
Anexo 5 - Efeito moderador responsividade na participação paterna e na proximidade na coparentalidade.....	44
Anexo 6 - Efeito moderador responsividade no conflito trabalho-família e na sabotagem na coparentalidade.....	44
Anexo 7 - Efeito moderador essencialismo na participação paterna e no apoio na coparentalidade.....	45
Anexo 8 - Efeito moderador essencialismo na participação paterna e no reconhecimento na coparentalidade.....	45
Anexo 9 - Efeito moderador essencialismo na participação paterna e na proximidade na coparentalidade.....	46

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis dos estudos.....	15
Tabela 2 - Análises descritivas e correlacionais entre a responsividade conjugal, distress psicológico, stress parental e satisfação conjugal.....	17
Tabela 3 - Análises descritivas e correlacionais entre a responsividade conjugal, bem-estar, stress parental e satisfação conjugal.....	18

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo conceptual de moderação da responsividade nas relações trabalho-família e na coparentalidade.....	9
Figura 2 - Efeito moderador da responsividade conjugal na relação entre a participação paterna e apoio na relação coparental.....	20
Figura 3 - Efeito moderador da responsividade conjugal na relação entre a participação paterna e reconhecimento na relação coparental.....	20

Figura 4 - Efeito moderador da responsividade conjugal na relação entre a participação paterna e proximidade na relação coparental.....	21
Figura 5 - Efeito moderador da responsividade conjugal na relação entre o conflito trabalho-família e sabotagem na relação coparental.....	22
Figura 6 - Efeito moderador do essencialismo conjugal na relação entre a participação paterna e apoio na relação coparental.....	24
Figura 7 - Efeito moderador do essencialismo conjugal na relação entre a participação paterna e reconhecimento na relação coparental.....	25
Figura 8 - Efeito moderador do essencialismo conjugal na relação entre a participação paterna e proximidade na relação coparental.....	26

Introdução

A transição para a parentalidade é um momento de grandes exigências e mudanças significativas que desafiam a vida conjugal. Este período é marcado por mudanças emocionais, relacionais e práticas que tendem a criar tensões na conjugalidade, especialmente nos primeiros anos de vida da criança (Cowan e Cowan, 1985, 1992; Christopher et al., 2015; Feinberg et al., 2012). Estas mudanças levam a reestruturações nos relacionamentos, particularmente associadas à necessidade do casal se adaptar às novas responsabilidades (Christopher et al., 2015). Esta etapa do ciclo vital tem vindo a identificar-se com menores níveis de satisfação conjugal. (Cowan e Cowan, 1985, 1992; Feinberg et al., 2012).

Entre os fatores apontados para estas reestruturações, surgem, frequentemente, desafios associados à perda de individualidade e de tempo para o casal (Lévesque et al., 2020), dificuldades relativas à partilha equilibrada de cuidados com a criança e divisão de tarefas, em particular no que respeita à participação paterna, bem como à influência de normas sociais de género (Lévesque et al., 2020; Yavorsky et al., 2015). Tendo em conta o exposto, Favez et al. (2015) demonstraram que a participação paterna se referia ao grau de participação dos pais nas atividades diárias da criança, distinguindo-o da perceção de competência parental, que se associa à capacidade de educar e cuidar dos filhos. Todavia, e apesar do seu envolvimento crescente, a literatura demonstra que os pais ainda tendem a realizar menos trabalho doméstico e de cuidado com a criança em comparação com o trabalho realizado pelas mães (Oliveira et al., 2022; Mickelson & Marcussen, 2023; Wall et al., 2010).

A articulação entre a família e o trabalho é uma das várias exigências que os casais procuram equilibrar e acrescenta-se à já difícil fase da chegada de um novo elemento ao seio familiar. Esta articulação está frequentemente associada a níveis de stress e insatisfação mais elevados (Kelly et al., 2021). Nesta medida, torna-se relevante perceber quais os fatores que podem facilitar esta articulação. Partindo desta premissa, Reis (2012) afirma que a qualidade da comunicação do casal, a sua interação um com o outro e a sua capacidade de resposta empática e valorativa, poderá desempenhar um papel fulcral na gestão destes desafios.

A responsividade surge, assim, nas relações conjugais, como um construto que se traduz na expectativa do parceiro estar presente em momentos de necessidade, nomeadamente em situações de conflito (Reis, 2012). Este construto é influenciado pela perceção de motivação para o relacionamento (Reis & Gable, 2015; Scorsolini-Comin & Santos, 2011) e pelos

comportamentos de compreensão, validação e bem-estar da relação (Reis & Gable, 2015; Reis, 2012; Tissot & Falcke, 2017; Scorsolini-Comin & Santos, 2011). Concretamente, parceiros mais responsivos demonstram-se mais sensíveis e compreensivos face às necessidades do outro, apoiando e incentivando as suas vontades e objetivos. Este construto traduz-se na perceção de que o parceiro atende e reage de forma apoiante às características centrais que definem o eu, promovendo, em última instância, interações calorosas, de aceitação e pertença. Da mesma forma, envolve a atenção e o respeito pelo que é importante para o outro - as suas necessidades, valores e aspirações - bem como, a confiança de que o parceiro estará presente e disponível para oferecer apoio em momentos de conflito.

Perante o conflito, os casais tendem a procurar no parceiro a compreensão e o suporte para melhor enfrentarem os problemas do quotidiano. Num estudo longitudinal pioneiro sobre a transição para a parentalidade, Cowan e Cowan (2000) acompanharam casais antes e depois do nascimento do primeiro filho, analisando mudanças na adaptação conjugal, nos papéis de género e nas identidades individuais. Os autores verificaram que o aumento do conflito em novos pais estava maioritariamente associado à privação de contacto com a família de origem, amigos e até com o ambiente de trabalho, fontes fundamentais de apoio e contacto social, que facilitam a adaptação à parentalidade. No mesmo projeto, desenvolveram intervenções em grupo, que proporcionavam às mães (e a casais) espaços de partilha e reflexão sobre a sua relação conjugal. Os resultados demonstraram que esse tipo de apoio, nos primeiros meses após o nascimento de uma criança, permitiam à mãe recuperar mais rapidamente a sua identidade de profissional, ao mesmo tempo que favorecia a manutenção da identidade de parceira conjugal, facilitando a integração do novo papel da maternidade e o retorno ao contexto laboral.

Apesar da relevância destes fatores, a literatura continua a ser escassa no que respeita à análise conjunta da forma como o conflito trabalho-família, a participação paterna e a responsividade conjugal influenciam a satisfação coparental, especialmente do ponto de vista das mulheres.

Com base nesta lacuna, o presente estudo propõe-se a analisar a forma como a responsividade conjugal masculina modera os efeitos do conflito trabalho-família, sobre a satisfação na relação coparental feminina. Adicionalmente, pretende-se analisar o papel moderador da responsividade conjugal masculina na relação entre a participação paterna e a satisfação coparental.

1. Conjugalidade, coparentalidade e participação paterna

A chegada de um novo filho implica mudanças significativas na identidade individual e relacional dos novos pais, que se veem confrontados com a necessidade de reorganizar as rotinas diárias e corresponder às expectativas conjugais, coparentais e sociais associadas a este novo papel (Lévesque et al., 2020). Estas interações podem ser compreendidas à luz da abordagem ecológica de Bronfenbrenner (1979), que conceptualiza a família como um sistema inserido em múltiplos contextos que se influenciam mutuamente, como a relação conjugal e parental, e se moldam às exigências externas, como o ambiente laboral e as normas sociais.

A coparentalidade refere-se à forma como os pais colaboram na criação dos filhos, influenciando diretamente o bem-estar da criança e a dinâmica familiar (Feinberg, 2003; Feinberg et al., 2012). Este construto envolve o grau de cooperação, apoio e comunicação entre os pais nas responsabilidades que partilham, especialmente na resposta às necessidades da criança (Kuo et al., 2022), ou seja, no quanto efetivamente os pais trabalham em conjunto. Neste sentido, é importante esclarecer que pais e mães detêm formas diferentes de experienciar a sua parentalidade, adotando tarefas normalmente distintas, ainda que igualmente relevantes, no domínio de cuidado e da educação dos filhos.

A conjugalidade e a coparentalidade têm vindo a ser identificadas como uma relação bidirecional, em que um relacionamento conjugal positivo tende a resultar numa coparentalidade mais cooperativa (Nomaguchi et al., 2015; Kouros et al., 2014). Em contrapartida, conflitos conjugais comprometem a qualidade da relação parental (Kouros et al., 2014). A responsividade conjugal desempenha um papel central na manutenção do equilíbrio entre estas duas dimensões, dado que parceiros que se percebem como responsivos tendem a apresentar níveis mais elevados de cooperação coparental e menor stress parental (Smallen et al., 2022). Por conseguinte, parceiros que estão mais atentos às necessidades do seu companheiro percebem a sua relação como mais satisfatória, demonstrando maior cooperação no cuidado com a criança e níveis inferiores de stress parental (Nomaguchi et al., 2015; Zhang et al., 2024).

Apesar do papel central atribuído à responsividade na cooperação coparental, divergências na divisão de tarefas podem gerar tensões que afetam tanto a satisfação conjugal como a parental. Nesta perspetiva, a organização de responsabilidades parentais pode levar a que mães e pais atribuam valor desigual ao que cada um faz (Jacobvitz et al., 2022).

Frequentemente, as mães acabam por assumir responsabilidades mais ligadas à rotina da criança e à satisfação das suas necessidades básicas, assim como o cuidado doméstico (Monteiro et al., 2010). Já os pais tendem a dedicar-se a atividades lúdicas e a manifestações de carinho e afeto junto da criança (Monteiro et al., 2010; Nomaguchi et al., 2015). Esta discrepância gera frustração: nas mães, por não poderem participar tanto nas tarefas prazerosas com a criança; nos pais, por sentirem que o seu contributo é desvalorizado e reduzido ao brincar (D'Orsi et al., 2023; Johnston & Mash, 1989; Lalanda, 2024). Esta dinâmica pode conduzir à insatisfação com o papel parental, a percepções mais negativas sobre reconhecimento desse papel por parte do companheiro e, em última instância, ao surgimento de tensões na relação conjugal (D'Orsi et al., 2023; Wall et al., 2010).

Compreender estas divergências implica considerar a forma histórico-cultural como os papéis parentais masculinos foram construídos. Tradicionalmente, os homens adotavam o papel de provedor, assumindo a responsabilidade financeira da família. Nesta ótica, a parentalidade é vivida como uma obrigação moral ou social, dissociada do cuidado direto com a criança ou da resposta às necessidades emocionais da sua companheira (Crespi & Ruspini, 2015; Yavorsky & Schoppe-Sullivan, 2015). O papel do pai é aquele que garante condições para que o futuro dos filhos esteja assegurado, sendo reconhecido como suporte, fonte de afeto, educador e, sobretudo, alguém presente nos momentos importantes da vida da criança, ainda que nem sempre nos momentos rotineiros (Lévesque, 2020; Wall et al., 2010).

Atualmente, alguns pais relatam sentir-se socialmente pressionados a manter este papel nestas circunstâncias (Lalanda, 2024; Machin, 2015; Oliveira, 2022; Wall et al., 2010). Ao mesmo tempo, muitos expressam o desejo de se envolverem de forma mais ativa na coparentalidade com a sua companheira, mostrando um conflito entre as expectativas sociais e as aspirações pessoais (Machin, 2015; Wall et al., 2010). A ambivalência em corresponder ao equilíbrio de ser um pai presente, de ser um profissional competente e provedor da família tende a gerar sentimentos de culpa, aumentando os receios quanto à progressão na carreira e à incapacidade de estar completamente envolvido nas duas esferas (Machin, 2015; Wall et al., 2010).

Estudos recentes têm enfatizado não apenas a participação do pai, mas também a forma como esta é percebida pela sua parceira e se ocorre num clima de responsividade mútua. Büchau et al. (2021) demonstraram que os homens que estabeleciam interações mais positivas e ativas com as parceiras durante o período pré-natal tendiam a adotar uma divisão mais equitativa das tarefas domésticas no pós-parto, sem, no entanto, que essa prática impedisse

que, com o tempo, se reinstalassem papéis tradicionais de gênero. Por seu lado, ter Kuile et al. (2021) verificaram que pais com níveis mais elevados de responsividade, integravam casais que se percebiam mutuamente como mais afetuosos, solidários e acolhedores perante os conflitos, revelando maior capacidade para lidar com acontecimentos stressores e as mudanças inerentes à parentalidade.

Estes resultados reforçam a relevância da responsividade conjugal como um fator protetor durante a transição para a parentalidade, contribuindo para uma relação mais positiva entre a participação paterna e a satisfação coparental.

A conjugalidade e a coparentalidade estão, deste modo, intrinsecamente interligadas, numa relação dinâmica e bidirecional, com influência mútua. Consequentemente, a responsividade conjugal surge como um fator central para promover a cooperação e a qualidade da coparentalidade, dado que, através dela, percebemos o nível em que os sujeitos são capazes de reconhecer e responder às necessidades do seu parceiro.

Homens que percebem a sua relação coparental como mais satisfatória tendem a demonstrar mais interesse em investir na paternidade e em aumentar a qualidade da própria relação coparental. Tal reforça a percepção de que o apoio e a colaboração entre parceiros constituiu um fator de motivação para a participação paterna (Van Egeren, 2004). Este envolvimento paterno ativo e responsivo pode levar a que as mulheres se sintam mais satisfeitas com a relação coparental, uma vez que a divisão de tarefas e cuidados está a ser partilhada de forma igualitária (D’Orsi et al., 2023). Por outro lado, esta satisfação poderá ainda depender da percepção feminina de que o companheiro é emocionalmente responsivo às suas necessidades, especialmente durante os primeiros anos de vida da criança, período esse marcado por desafios constantes e significativos de adaptação, como anteriormente descrito.

A responsividade conjugal pode ainda assumir um papel moderador na relação com as exigências externas, atenuando efeitos negativos e permitindo o equilíbrio com os diferentes domínios da vida familiar.

2. Articulação trabalho-família na transição para a parentalidade

A parentalidade exige que um novo papel seja integrado na vida e dinâmica do indivíduo, muitas vezes em conflito com outros papéis que o indivíduo já possui, como o de cônjuge e de trabalhador. Este conflito entre as atividades necessárias a serem realizadas no contexto da família e do trabalho tendem a criar um tipo de conflito com implicações

bidirecionais (Matias & Fontaine, 2012), em que as tensões e exigências de um lado podem impactar o outro. Este processo é descrito pelo conceito de *spillover*, uma vez que representa a transferência e interferência de emoções, competências e comportamentos entre dois papéis (Kuo et al., 2022; Matias et al., 2011; Matias & Fontaine, 2011; Matias & Fontaine, 2012), sendo essencial considerá-lo à luz das questões de gênero. Com a ideia de cumprir o papel de “mãe ideal”, as mulheres tendem muitas vezes a ceder à pressão social que exige que cumpram este papel com uma perfeição idealizada (Lévesque et al., 2020; Yavorsky et al., 2015). Este investimento pode contribuir para a perda da identidade individual, conjugal e profissional (Lévesque et al., 2020), levando a uma maior probabilidade de experienciar conflito entre os dois papéis (Matias et al., 2011).

Adicionalmente, antes do primeiro filho, os casais, no seu ambiente familiar, já terão definido acordos relativamente à divisão das tarefas domésticas, pelo que a transição para a parentalidade não deveria, à partida, implicar alterações significativas nesta dimensão. No entanto, no que diz respeito ao cuidado de uma criança observa-se uma realidade diferente. Neste domínio, os casais tendem a subestimar a exigência associada ao cuidado infantil e, frequentemente, a ausência de uma negociação explícita sobre a divisão destas responsabilidades conduz os casais heterossexuais à adoção de padrões de gênero tradicionais (Matias, 2019; Mickelson & Marcussen, 2023; Yavorsky, 2015).

A divisão das tarefas domésticas têm-se mostrado relevante para os níveis de satisfação conjugal e intimidade, dado que nos casais onde se verificava um desempenho desigual na realização das tarefas - com predominância para a mulher assumir mais carga de trabalho - estas tendiam a reportar menor satisfação conjugal e redução na intimidade do casal (Mickelson & Marcussen, 2023). Concordantemente, Matias et al. (2011) demonstraram que o conflito família-trabalho sentido pelas mulheres tinha como preditor o stress familiar e a divisão de tarefas domésticas, enaltecendo a força dos papéis de gênero.

Embora as mulheres sejam frequentemente mais afetadas pela sobrecarga de papéis e pela pressão social associada à eficácia com que devem exercer o papel de mãe, também os homens enfrentam dilemas específicos na conciliação das esferas familiar e laboral. Por seu lado, estes reportam mais frequentemente o conflito trabalho-família, em que as responsabilidades profissionais dificultam o envolvimento no contexto familiar (Matias et al., 2011; Matias & Fontaine, 2012) e no cuidado diário da criança (Wall et al., 2010).

Além dos fatores relacionais anteriormente mencionados, o conflito entre as exigências

do trabalho e da família parece representar um desafio significativo para os novos pais, com clara interferência no equilíbrio conjugal e na cooperação coparental. As mulheres tendem a sofrer mais com este conflito, adotando maiores encargos com o trabalho doméstico e os cuidados das crianças, o que acaba por comprometer a satisfação conjugal. Por seu lado, os homens, ainda que cada vez mais envolvidos, enfrentam tensões específicas na conciliação entre o papel tradicional de provedor e a perspectiva de querer ser um pai presente. Assim, compreender a forma como o conflito trabalho-família interage com a responsividade conjugal e a participação paterna é crucial para compreender a sua influência na satisfação coparental, especialmente do ponto de vista das mulheres.

3. Objetivo do estudo e hipóteses

O presente estudo teve como uma das suas finalidades realizar uma análise das qualidades psicométricas da Escala de Responsividade Conjugal (Smallen et al., 2022), a qual ainda não se encontra validada para a população portuguesa. Procurou-se compreender a adequação linguística, a consistência interna e a estrutura fatorial preliminar da escala em questão, face ao contexto cultural em análise. A par deste objetivo procurou-se ainda avaliar os indicadores de validade do construto através da associação da responsividade com a satisfação conjugal, a saúde mental e o stress parental. A operacionalização desta análise realizou-se num primeiro estudo, denominado Estudo 1.

Por seu lado, o Estudo 2, tendo por base a literatura científica previamente analisada, tem como objetivo analisar a relação entre o conflito trabalho-família, a responsividade conjugal masculina e a satisfação coparental em famílias com filhos até aos três anos de idade e que tenham regressado ao meio laboral há, pelo menos, dois meses (ver figura 1).

Ao realizar os dois estudos, o presente trabalho contribuirá para melhor compreender a responsividade conjugal, procurando responder à questão: de que forma a participação e responsividade dos pais (homens) influencia o contexto de interação trabalho-família e a satisfação coparental, tal como percebida pelas mulheres?

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, percebemos que pais e mães tendem a realizar trabalhos diferenciados no que ao cuidado doméstico e da criança diz respeito, podendo, estas diferenças, causar repercussões negativas e conflitos entre o casal. É necessário que o contributo de cada parceiro seja reconhecido e validado, para que a perceção

da coparentalidade seja definida como cooperativa e satisfatória.

As mulheres tendem a perceber o envolvimento do seu companheiro como mais positivo quando a realização de tarefas vem acompanhada de validação emocional, escuta e disponibilidade afetiva para com as suas necessidades (Smallen et al., 2022; Tissot & Falcke, 2017), ou seja, quando o seu parceiro é mais responsivo (Reis & Gable, 2015). Neste sentido, mesmo que o homem participe ativamente no contexto familiar, caso as necessidades emocionais da parceira sejam descuradas, a satisfação conjugal poderá não aumentar (Scorsolini-Comin & Santos, 2011).

Neste sentido, pressupomos que a responsividade conjugal masculina modera a relação entre a participação paterna e a satisfação com a relação coparental percebida pela mulher. Embora Büchau et al. (2021) não tenham testado um modelo de moderação, os autores evidenciaram que quanto mais os pais mantinham uma comunicação positiva com a sua companheira, maior era a sua participação nas tarefas domésticas e no cuidado com a criança, favorecendo percepções de uma coparentalidade mais satisfatória e equitativa. Assim, o presente estudo procura avançar neste campo ao examinar o papel moderador da responsividade. Espera-se assim que:

Hipótese 1: Quanto maior for a participação paterna, maior será a satisfação com a relação coparental percebida pela mulher, sobretudo quando há uma maior percepção de responsividade conjugal por parte do homem.

O conflito trabalho-família surge como uma fonte de stress muito relevante, especialmente para casais com filhos pequenos e para as mulheres, que ainda tendem a adotar uma grande sobrecarga nas tarefas de cuidado familiar e do lar (Yavorsky et al., 2015; Kelly et al., 2021). A percepção desta sobrecarga com os múltiplos papéis pode comprometer a cooperação coparental, reduzindo o apoio e aumentando os conflitos (Feinberg et al., 2012). Este conflito é transposto para o ambiente familiar por fenómenos de *spillover* emocional, onde sentimentos de frustração e exaustão do contexto laboral acabam por ter repercussões no contexto familiar, especialmente para as mulheres (Matias & Fontaine, 2012).

Não obstante, a literatura demonstrou que a forma como este stress é vivenciado está associado à qualidade da relação conjugal, nomeadamente, à percepção de responsividade do parceiro (Reis & Gable, 2015; Smallen et al., 2022). Quando o parceiro é percecionado pela sua companheira como mais compreensivo e atento, especialmente nos momentos de grande

sobrecarga, o impacto negativo do conflito trabalho-família na relação coparental tende a ser reduzido (ter Kuile et al., 2021; Smallen et al., 2022).

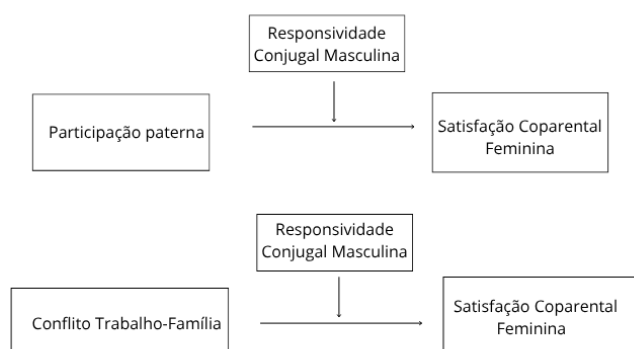
Assim, poderá prever-se que a responsividade conjugal masculina atua como um moderador na relação entre o conflito trabalho-família e a satisfação com a relação coparental percebida pela mulher, amortecendo, consonantemente, os efeitos negativos do conflito entre o trabalho e a família na dinâmica coparental.

Hipótese 2: O aumento do conflito trabalho-família reduz a satisfação com a relação coparental, mas esse efeito é atenuado quando o homem é responsivo às necessidades da sua companheira.

O estudo centrou-se no período da transição para a parentalidade e na idade da criança de até três anos por se considerar este período mais crítico para o ajustamento conjugal e coparental (Cowan & Cowan, 2000; Feinberg, 2003; Lévesque et al., 2020). Centrou-se ainda o estudo em mães que já tivessem regressado ao trabalho, de forma a avaliar como a gestão de múltiplos papéis molda a adaptação à coparentalidade. De acordo com Okorn et al. (2025), embora o tempo desde do regresso ao trabalho não se associe diretamente aos níveis de stress percebidos pelas mães nesta fase, o suporte social, as condições de trabalho e a adaptação emocional reduzem gradualmente o stress ao longo do tempo. Assim, a inclusão do limite de pelo menos dois meses de reentrada laboral visa minimizar o impacto das variáveis associadas à fase inicial.

Figura 1

Modelo conceptual de moderação da responsividade conjugal nas relações trabalho-família e na coparentalidade



Método

1. Procedimento

O presente estudo foi inserido num projeto mais amplo de doutoramento, cujo objetivo complementava a adaptação do programa *Partners as Parents* (Cowan et al., 2009), para a população portuguesa. Para este estudo, a recolha de dados consistiu no preenchimento de um questionário online, com a duração aproximada de 15 minutos, construído na plataforma *LimeSurvey*, composto por oito blocos, compreendendo dados sociodemográficos e informações relativas à situação familiar, perspetivas sobre a parentalidade, a vida conjugal, os níveis de bem-estar psicológico e sobre a sua perceção da relação trabalho-família.

Como critérios de inclusão, os participantes deveriam ser maiores de 18 anos, ter pelo menos um filho de idade igual ou inferior a 3 anos, manter uma relação coparental com o seu(sua) parceiro(a) e ter regressado ao trabalho há pelo menos dois meses.

A amostragem foi feita por conveniência e a divulgação do estudo ocorreu por meio de redes sociais, grupos online de pais e mães, e contactos, via email e/ou contacto direto, com clínicas de psicologia e psicopedagogia, creches, centros de estudo e associações de pais de escolas públicas e privadas. A recolha de dados teve início em abril de 2025 e deu-se como finalizada a 13 de setembro do mesmo ano.

Antes de iniciar o questionário, todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e aceitaram participar mediante consentimento informado. O estudo foi aprovado pela comissão de ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Ref.a 2023/07-17). Dado ter sido originalmente construído no âmbito de um projeto mais amplo, a construção do instrumento foi realizada em colaboração, garantindo a coerência com os objetivos do projeto. Desta forma, o questionário foi construído de forma a possibilitar a participação de ambos os membros do casal coparental, pelo que os participantes foram, logo após o consentimento informado, convidados a criar um código identificador da sua família, o qual poderiam partilhar com o seu parceiro ou parceira, a fim de que este(a) também pudesse responder ao questionário. Esta estratégia teve como objetivo permitir, quando possível, a análise emparelhada das perceções coparentais. A resposta de cada membro do casal foi recolhida de forma independente, voluntária e confidencial, assegurando o anonimato de ambos.

2. Participantes

A amostra foi constituída por um total de 165 participantes, dos quais foram excluídos 42 participantes por não responderem aos itens correspondentes às variáveis de interesse deste estudo e 10 participantes por incumprimento dos critérios de inclusão (e.g. idade das crianças, tempo de regressado ao trabalho).

Ainda que o estudo tenha sido divulgado com o intuito de recolher dados de mães e pais, associado à sua integração num estudo mais alargado, para a testagem das hipóteses do presente estudo apenas se utilizará a amostra constituída pelas mães. Neste sentido, excluiu-se 12 participantes do género masculino, resultando assim numa amostra final de 101 participantes.

As participantes tinham nacionalidade portuguesa e brasileira, sendo a maioria portuguesa (84,2%), com uma média de idades de 33.12 anos ($DP = 5.36$). A maioria das participantes era casada (49,5%) ou vivia em união de facto (32,7%) e 58,4% detinha educação superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento). A nível do trabalho, do total de participantes, 82,2% trabalhava por conta de outrem, sendo que destas, 6,9% ocupavam posição de chefia. As participantes trabalhavam maioritariamente a tempo inteiro (93,1%) e em horário regular (73,3%), realizando em média 38,67 horas por semana ($DP = 6,54$). Realça-se ainda que 40,6% das empresas onde estas participantes trabalhavam tinham menos de 50 trabalhadores.

A maioria dos participantes (85,2%) detinha rendimentos familiares entre os 870€ e os 3600€, sendo que 34,7% detinha como total de rendimentos familiares entre os 2700€ e os 3600€ e 53,5% considerava estes rendimentos como suficientes face às suas despesas mensais.

Relativamente à sua vida familiar, 84,2% das participantes vivem em coabitação com o seu companheiro e 93,1% foram pais em conjunto pela primeira vez. A maioria das participantes apenas tinha um filho (66,3%), contudo, 18,8% das participantes estava à espera de um novo filho. Em média, as participantes usufruíram de 125.94 dias ($DP = 43,21$) de licença parental, dos quais 22,09 ($DP = 20,11$) foram usufruídos pelo companheiro em exclusividade e 23,73 dias ($DP = 38,05$) realizaram de forma partilhada, isto é, ambos em licença (ver Anexo 1).

3. Instrumentos de Medida

A recolha de dados foi realizada por meio de um conjunto de escalas validadas ou utilizadas previamente na literatura internacional e nacional, sempre que possível, validadas

para a população portuguesa. As dimensões avaliadas neste estudo foram operacionalizadas pelas escalas seguintes:

3.1. Satisfação com a Relação coparental

Avaliada através da *Coparenting Relationship Scale* (Feinberg et al., 2012), adaptada para o contexto português por Lamela e Jongenelen (2018). A escala é constituída por 35 itens, organizados em 7 subescalas: acordo na coparentalidade (e.g. “O meu companheiro e eu temos as mesmas metas para o nosso(a) filho(a).”, $\alpha = .84$), proximidade na coparentalidade (e.g. “Sinto-me próxima do pai do meu filho quando o vejo a brincar com o nosso filho.”, $\alpha = .92$), exposição ao conflito (e.g. “Discutem sobre o vosso filho à frente dele?”, $\alpha = .94$), apoio na coparentalidade (e.g. “O pai do meu filho diz-me que estou a fazer um bom trabalho ou faz-me saber de outra maneira que estou a ser uma boa mãe.”, $\alpha = .96$), sabotagem na coparentalidade (e.g. “É mais fácil e divertido brincar sozinha com o meu filho do que quando o pai está presente.”, $\alpha = .88$), reconhecimento da parentalidade no parceiro (e.g. “Acredito que o pai do meu filho é um bom pai.”, $\alpha = .90$) e divisão de tarefas (e.g. “O meu companheiro gosta de brincar com o nosso(a) filho(a) e deixa para mim o trabalho pesado.”, $\alpha = .60$). Cada item é avaliado numa escala de 0 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente). O alpha relativamente baixo na subescala “divisão de tarefas”, reflete o pequeno número de itens, uma característica comum em subescalas curtas (Marôco & Garcia-Marques, 2006), e não compromete a sua utilização, sendo mantida devido à relevância teórica do construto.

As sete subescalas podem ser agregadas num score único de coparentalidade. A consistência interna deste score foi testado, apresentando-se elevado ($\alpha = .88$).

3.2. Responsividade Conjugal Masculina

Foi utilizada a *Responsiveness Scale* (Smallen et al., 2022), ainda não validada para a população portuguesa. O presente estudo incluiu uma análise psicométrica preliminar da escala, com o objetivo de verificar a consistência interna, a adequação linguística e a estrutura fatorial. A escala é unidimensional e composta por 6 itens (e.g. “O meu companheiro/A minha companheira aceita-me, incluindo as minhas melhores e piores características.”) avaliados numa escala de *Likert* de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente) pontos.

Foi realizada uma tradução e retroversão por duas investigadoras independentes e os itens com maiores incongruências nas traduções foram discutidos com um terceiro juiz. Esta

versão foi pré-testada e pequenos ajustes foram feitos para tornar os itens mais adequados a uma administração online. A escala de Responsividade Conjugal apresentou excelente consistência interna ($\alpha = .94$), indicando que os itens medem de forma consistente o construto proposto. Os restantes indicadores da escala são explicitados no âmbito do estudo 1.

3.3. Participação Paterna nos Cuidados Parentais

Esta dimensão foi avaliada com a *Escala de Envolvimento Parental*, através do domínio de *Atividades de Cuidado Direto e Indireto* (Monteiro et al., 2008), que mede a frequência com que o pai realiza diversas tarefas de cuidado com a criança. Os 12 itens (e.g. “Quem dá as refeições ao seu filho.”) são respondidos com base na frequência e no responsável predominante pela tarefa (mãe, pai, ambos), neste sentido, valores mais altos indicariam uma maior participação da parte do pai. A presente escala apresentou valores adequados de consistência interna ($\alpha = .94$).

3.4. Conflito Trabalho-Família

Foi usada a *Work-Family Conflict Scale* (Carlson et al., 2000), traduzida e adaptada para português por Vieira et al. (2014), composta por 6 itens que avaliam 3 diferentes dimensões do conflito bidirecional (trabalho-família e família-trabalho), com itens baseados em conflitos de tempo (e.g. “Tenho de faltar a atividades familiares devido ao tempo que tenho de dedicar ao trabalho.”), tensão (e.g. “Quando chego a casa do trabalho estou frequentemente demasiado exausta para participar em atividades/responsabilidades familiares.”) e comportamento (e.g. “O tipo de comportamentos que me levam a ser eficaz no trabalho não me ajudam a ser uma melhor mãe e esposa/companheira.”). Neste estudo somente os itens relativos à direção trabalho-família foram utilizados. Os itens são respondidos com recurso a uma escala de *Likert*, devendo o participante posicionar-se entre o 1 (discordo fortemente) e o 5 (concordo fortemente). A escala de Conflito Trabalho-Família apresentou valores adequados de consistência interna ($\alpha = .85$).

3.5 Essencialismo

Para o estudo desta dimensão, foi utilizada a subescala *Essencialismo* do estudo de Liss et al. (2013), com adaptação inicial para português de Sarmento (2024), que procura avaliar as crenças sobre papéis parentais tradicionais (e.g. “Embora tenham boas intenções, geralmente os pais não são tão bons na parentalidade como as mães.”), através da resposta a uma escala

de *Likert* de 1 (discordo fortemente) a 6 (concordo fortemente). A escala apresentou consistência interna adequada ($\alpha = .91$).

3.6 Satisfação Conjugal

Para avaliação da percepção de satisfação conjugal recorreu-se ao *Quality of Marriage Index* (Norton, 1983), traduzida para português por Matias e Ferreira (2019), composta por 5 itens unidimensionais (e.g. “O meu companheiro e eu temos uma boa relação”). Esta escala foi avaliada conjuntamente com a escala de Responsividade, apresentando de igual forma excelente consistência interna ($\alpha = .99$).

3.7 Stress Parental

Medido através da *Escala de Stress Parental* (Berry & Jones, 1995), na versão portuguesa de Mixão et al. (2010), que avalia o tipo de recompensa, stressor e sentimentos associados à competência parental (e.g. “Estou contente no meu papel de mãe”) através de uma escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). A consistência interna da escala mostrou-se adequada ($\alpha = .86$).

3.8 Distress Psicológico

O distress psicológico foi avaliado pela escala *Mental Health Inventory - 5* (MHI-5) de Ostroff et al. (1996), traduzida para português por Ribeiro (2001), através de uma escala de *Likert* entre 1 (nunca) e 6 (sempre), em que valores mais altos indicavam menores níveis de saúde mental. Os cinco itens da escala procuravam avaliar o nível de ansiedade, depressão, perda de controlo emocional/comportamental, afeto positivo e laços emocionais (e.g. “Durante quanto tempo, no mês passado, se sentiu muito nervoso?”). A escala apresentou boa consistência interna ($\alpha = .92$).

4. Análise de Dados

Antes de tudo, realizaram-se distribuições das variáveis alvo de forma a aferir a normalidade, através dos indicadores de assimetria e curtose, verificação de outliers e casos omissos.

Seguidamente, e de forma a analisar a estrutura da Escala de Responsividade Conjugal (Smallen et al., 2022), utilizou-se o Jamovi v2.6 (*The Jamovi Project*, 2024), um software estatístico de código aberto, com inclusão do SEMlj, indicado para análises de equações

estruturais - análise fatorial confirmatória. O ajuste dos modelos confirmatórios foi analisado segundo o valor de Qui-Quadrado, a razão normatizada de Qui-quadrado por graus de liberdade (χ^2/df), o Índice de Comparação de Ajustamento (CFI), a Média Raiz Erro Quadrado de Aproximação (RMSEA), o Índice de Tucker-Lewis (TLI) e a Média Raiz Erro quadrado Residual Estandarizada (SRMR). Segundo Marôco (2016), a qualidade do ajustamento global é adequada se χ^2/df for maior do que .05, se o valor de CFI for igual ou superior a .90 e se o RMSEA for inferior .05. Adicionalmente, foram analisadas as correlações entre a Escala de Responsividade e outras teoricamente correlacionadas, com o intuito de avaliar a validade convergente e discriminante do instrumento.

Para testar as hipóteses de moderação formuladas utilizou-se o PROCESS v5.0 para SPSS (Hayes, 2022). Foi utilizado o modelo 1, correspondente a uma regressão linear com interação simples entre uma variável preditora e uma variável moderadora na previsão de uma variável dependente. Neste procedimento, inseriram-se as variáveis previamente definidas no modelo e seguiu-se o modelo predefinido com nível de confiança de 95% para as estimativas de intervalos de confiança. O PROCESS efetuou automaticamente as análises necessárias, incluindo a estimativa dos coeficientes de regressão, o teste de interação, os valores de R^2 e a significância estatística. Não obstante, as variáveis foram centradas para análise da interação.

Resultados

Nesta secção serão apresentados os resultados de dois estudos distintos. O Estudo 1 teve como objetivo iniciar a validação da escala de Responsividade Conjugal para a população portuguesa e o Estudo 2 procurou responder às hipóteses anteriormente consideradas.

Análises preliminares

As variáveis incluídas nos dois estudos, foram primeiramente avaliadas de forma descritiva, onde apresentaram distribuições de normalidade adequadas, assim como, valores adequados de assimetria e curtose, aptos para a realização de análises paramétricas (Tabela 1).

Tabela 1

Estatísticas descritivas das variáveis dos estudos

Variável	N	M	DP	Assimetria	Curtose
Responsividade conjugal masculina	100	4.60	1.70	-.73	-.21
Conflito trabalho-família	99	2.78	0.84	-.13	-.02
Participação paterna	101	2.29	0.66	-.78	-.78
Essencialismo	101	3.42	1.41	.14	-.92
Satisfação Conjugal	100	5.51	1.88	-1.42	.79
Stress Parental	101	2.29	.47	.41	-.46
Distress Psicológico	101	2.77	.90	.47	-.61
Coparentalidade - Apoio	101	4.10	1.83	-.95	-.24
Coparentalidade - Reconhecimento	101	4.15	1.62	-1.17	.25
Coparentalidade - Proximidade	101	3.79	1.81	-.80	-.29
Coparentalidade - Sabotagem	101	1.24	1.43	1.21	.71
Coparentalidade - Total	101	3.11	.80	-.71	-.64

Nota. M = média; DP = desvio padrão.

Estudo 1 - Análise da estrutura da escala de responsividade conjugal

Seguidamente, foi realizada a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) para testar a estrutura fatorial unidimensional da Escala de Responsividade. O modelo inicial apresentou índices de ajustamento razoáveis ($\chi^2(9) = 92.7$, $\chi^2/gl = 10.3$, $p < .001$; CFI = .97; TLI = .96; SRMR = .10; RMSEA = .31), isto é, todos os indicadores são aceitáveis, com exceção do RMSEA, que se apresentou demasiado elevado, sugerindo que o modelo poderia não representar adequadamente os dados. Através da inspeção dos índices de modificação, verificou-se que o acrescento de uma covariância residual entre os itens 5 (“O meu

companheiro/A minha companheira por vezes não se apercebe ou interpreta mal quando preciso de ajuda e de compreensão) e 6 (“Demasiadas vezes, o meu companheiro/a minha companheira não se apercebe quando estou chateado/a ou preocupado/a com alguma coisa”) poderia melhorar a adequação do modelo. Estes dois itens são os únicos itens invertidos da escala e apresentam semelhança semântica, pelo que esta covariância entre os resíduos associados aos itens foi especificada. Este modelo apresentou um melhor ajustamento ($\chi^2(8) = 28.1$, $\chi^2/gl = 3.51$; $p < .001$; CFI = .98; TLI = .97; SRMR = .05; RMSEA = .16). Embora o valor de RMSEA permaneça elevado, tal resultado é expectável em amostras pequenas (Chen et al., 2008), pelo que, os índices CFI, TLI e SRMR foram considerados mais informativos, apontando para um ajustamento adequado do modelo final. No modelo ajustado, todas as saturações fatoriais foram elevadas e estatisticamente significativas ($|\lambda| = .72 - .98$; $p < .001$), confirmando que os itens avaliam de forma consistente o construto Responsividade Conjugal (ver Anexo 2).

Com o intuito de verificar a validade de construto deste instrumento, realizou-se análises de correlação entre as variáveis Responsividade Conjugal e seus correlatos, como satisfação conjugal, stress parental e distress psicológico. Como se pode confirmar na tabela 2, todas as variáveis apresentaram correlações significativas entre si e no sentido esperado, nomeadamente a responsividade e a satisfação conjugal, cujo efeito de correlação foi muito elevado e positivo. Também a responsividade se correlaciona negativamente com o distress psicológico e com o stress parental.

Tabela 2

Análises descritivas e correlacionais entre a responsividade conjugal, distress psicológico, stress parental e satisfação conjugal (N = 100)

Variável	1	2	3	4
1. Responsividade conjugal	—			
2. Distress Psicológico	-.66*	—		
3. Stress Parental	-.59*	.52*	—	
4. Satisfação Conjugal	.88*	-.64*	-.49*	—

Nota. M = média; DP = desvio padrão; N = número amostral; *p < .001 para a correlação de Pearson.

Estudo 2 - Papel moderador da responsividade conjugal na relação entre a participação paterna e coparentalidade

Primeiramente, efetuaram-se análises de correlação de Pearson (Tabela 3) entre todas as variáveis relativas ao estudo 2 que se mostraram todas significativamente relacionadas entre si. O conflito trabalho-família correlacionou-se negativamente com a participação paterna, e a responsividade conjugal, enquanto esta última apresentou associações fortes com todas as subescalas da coparentalidade. O essencialismo mostrou-se positivamente correlacionado com o conflito trabalho-família e negativamente com a participação paterna e a responsividade.

Tabela 3

Análises descritivas e correlacionais entre a responsividade conjugal, bem-estar, stress parental e satisfação conjugal

Variável	N	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Responsividade conjugal masculina	100	—								
Conflito trabalho-família	99	-.62*	—							
Participação paterna	101	.78*	-.48*	—						
Essencialismo	101	-.62*	.45*	-.60*	—					
Coparentalidade - Apoio	101	.87*	-.56*	.79*	-.72*	—				
Coparentalidade - Reconhecimento	101	.85*	-.54*	.80*	-.66*	.95*	—			
Coparentalidade - Proximidade	101	.84*	-.55*	.76*	-.71*	.94*	.91*	—		
Coparentalidade - Sabotagem	101	-.75*	.57*	-.69*	.67*	-.83*	-.81*	-.78*	—	

Coparentalidade -	101	.85*	-.56*	.78*	-.66*	.96*	.94*	.94*	-.74*	–
Total										

Nota. N = número amostral; * $p < .001$.

Moderação da responsividade conjugal na relação entre participação paterna e coparentalidade

Num primeiro momento a variável dependente, coparentalidade, foi analisada considerando o score da escala total, tendo-se encontrado um efeito principal da participação paterna ($B = .35$, $SE = .10$, $p < .001$) e da responsividade conjugal ($B = .29$, $SE = .04$, $p < .001$) sobre a coparentalidade e não se tendo encontrado efeito de interação significativo ($B = -.01$, $SE = .04$, $p = .81$). Este modelo apresentou globalmente uma relação significativa ($F(3,96) = 99.08$; $p < .001$) e uma elevada variância explicada 76% ($R^2 = .76$).

Dado que o score de coparentalidade agrega diferentes facetas desta relação, procurou-se, num segundo momento, analisar separadamente os efeitos sobre as subescalas da coparentalidade positiva - apoio, reconhecimento e proximidade - considerando-se, que estas três dimensões seriam as mais expressivas para o efeito da participação paterna (ver Anexos 3, 4 e 5).

A análise da moderação revelou assim um efeito principal positivo da participação paterna no apoio coparental ($B = .70$, $SE = .20$, $p < .001$), no reconhecimento ($B = .75$, $SE = .18$, $p < .001$) e na proximidade ($B = .63$, $SE = .23$, $p = .007$), sendo que a responsividade conjugal apresentou efeitos principais positivos consistentes em todas as dimensões: apoio coparental ($B = .62$, $SE = .08$, $p < .001$), reconhecimento ($B = .46$, $SE = .07$, $p < .001$) e proximidade ($B = .61$, $SE = .09$, $p < .001$). Verificou-se ainda efeitos de interação significativos para todas as subescalas consideradas: apoio ($B = -.22$, $SE = .08$, $p = .007$), reconhecimento ($B = -.26$, $SE = .07$, $p < .001$) e proximidade ($B = -.19$, $SE = .09$, $p = .038$).

Estes efeitos de interação são significativos quando a responsividade do pai é média ou baixa e independentes quando a responsividade é elevada. (Ver figuras 2, 3 e 4).

Figura 2

Efeito moderador da responsividade conjugal na relação entre participação paterna e apoio na relação coparental

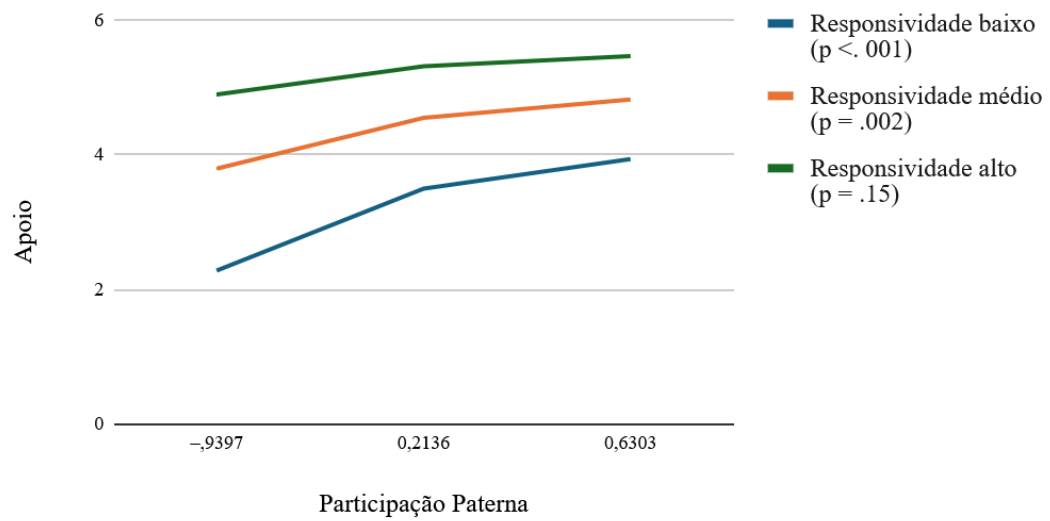


Figura 3

Efeito moderador da responsividade conjugal na relação entre participação paterna e reconhecimento na relação coparental

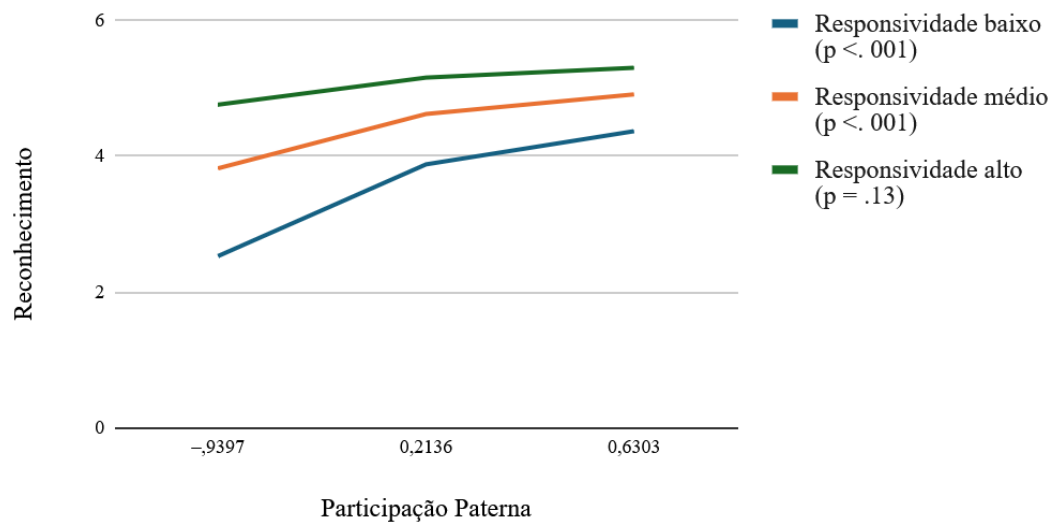
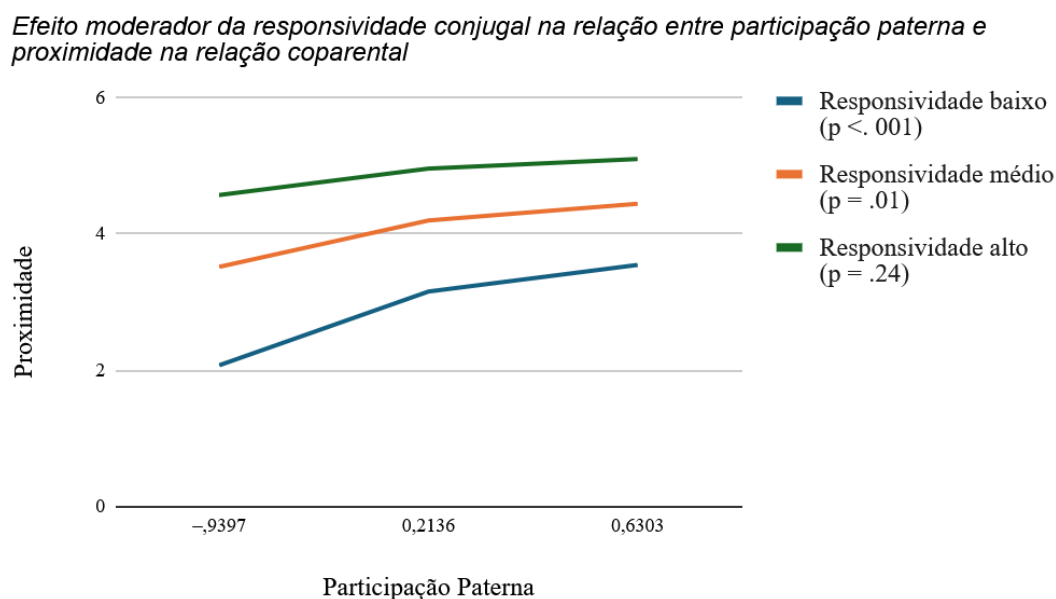


Figura 4



Em suma, a participação paterna apresenta uma relação positiva e significativa com a percepção de apoio, reconhecimento e proximidade, sobretudo quando a responsividade do pai é média ou baixa. Por outro lado, quando o pai é muito responsivo, o efeito da participação paterna sobre a satisfação com a coparentalidade não é afetado por esta variável, indicando que na responsividade alta, a variação na participação não altera a percepção de que o pai e a mãe já funcionam como uma equipa.

Todos estes modelos de regressão foram significativos e com uma variância explicada expressiva de 80% do apoio coparental ($R^2 = .80$; $F(3,96) = 131.43$, $p < .001$), 80% do reconhecimento ($R^2 = .80$; $F(3,96) = 125.23$, $p < .001$) e 74% da proximidade ($R^2 = .74$; $F(3,96) = 91.58$, $p < .001$).

Moderação da responsividade conjugal na relação entre o conflito trabalho-família e coparentalidade

O segundo modelo de moderação mostrou que o conflito trabalho-família não se associa significativamente à qualidade da relação coparental, avaliada enquanto score total ($B = -.04$, $SE = .07$, $p = .52$). Já a responsividade conjugal mantém uma associação positiva e significativa ($B = .38$; $SE = .03$, $p < .001$) com a coparentalidade. A interação entre conflito trabalho-família e responsividade não foi estatisticamente significativa ($B = .03$, $SE = .03$, $p = .41$). Tal como no modelo anterior, e tendo em conta que a avaliação da coparentalidade

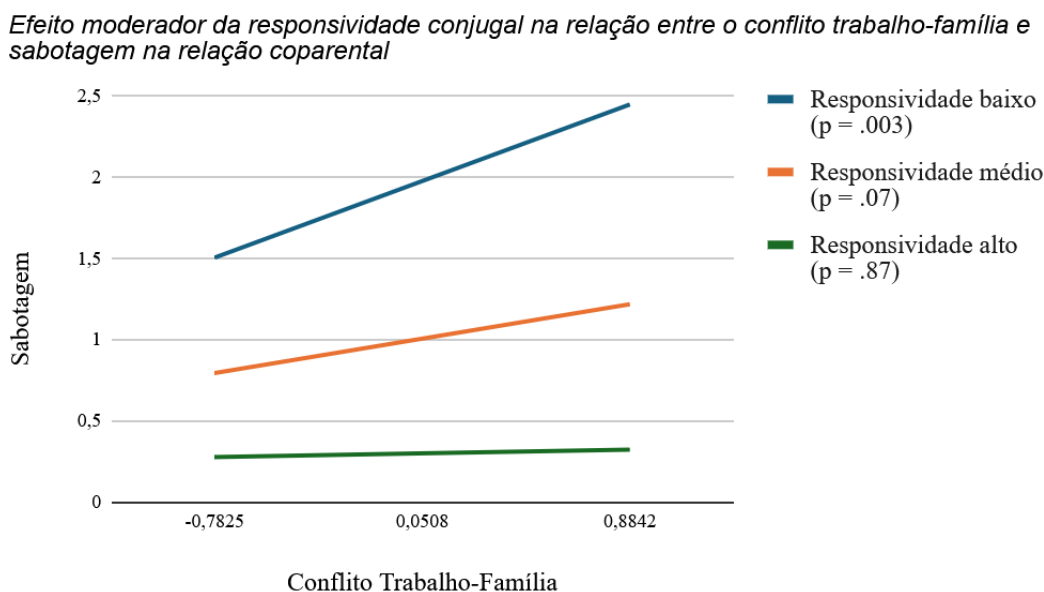
agrega várias facetas, considerou-se que a testagem do efeito amortecedor da responsividade poderia ser analisado tendo em consideração as subescalas de apoio e sabotagem na coparentalidade.

Os resultados demonstraram assim que o conflito trabalho-família continuou sem apresentar efeito significativo no apoio coparental ($B = -.06$; $SE = .14$, $p = .66$), nem se verificou uma interação significativa com a responsividade ($B = .08$; $SE = .07$, $p = .22$).

Já no caso da sabotagem coparental, níveis mais elevados de conflito trabalho-família associam-se a maior percepção de sabotagem na coparentalidade ($B = .29$, $SE = .14$, $p = .04$), níveis mais elevados de responsividade levam a menor sabotagem ($B = -.52$, $SE = .07$, $p < .001$) e o efeito é moderado pela responsividade conjugal ($B = -.17$, $SE = .07$, $p = .01$) (ver Anexo 6).

O efeito de interação sugere que a responsividade afeta a associação entre o conflito e a sabotagem coparental. Este efeito, no entanto, não é significativo quando a responsividade é alta ou média. Quando a responsividade é baixa, o conflito trabalho-família encontra-se fortemente relacionado com a sabotagem na coparentalidade. Parece então que a ausência desta dimensão acentua os efeitos negativos do conflito entre papéis na percepção de sabotagem coparental. Estas relações estão demonstradas na Figura 5.

Figura 5



Todos estes modelos de regressão foram significativos e com uma variância explicada

expressiva de 76% do apoio coparental ($R^2 = .76$; $F(3,95) = 101.28$, $p < .001$) e 61% do sabotagem ($R^2 = .61$; $F(3,95) = 50.44$, $p < .001$).

Análise complementar - o papel do essencialismo

Numa tentativa de melhor compreender os efeitos da participação paterna sobre a coparentalidade, procurou-se ainda explorar o papel moderador do Essencialismo nesta relação. Esta exploração surgiu tendo em consideração a importância das normas de género nestas dinâmicas, tal como descrito na base conceptual.

Explorou-se, como até aqui, a moderação quer sobre a perceção de coparentalidade global, quer sobre as dimensões de apoio, reconhecimento e proximidade. O essencialismo de género, a par do ocorrido até ao momento, não apresenta relação de moderação com a escala total da coparentalidade ($B = .05$, $SE = .06$, $p = .37$). Não obstante, o essencialismo correlacionou-se negativamente com a coparentalidade ($B = -.17$, $SE = .04$, $p < .001$), demonstrando que quando o pai adere mais às crenças tradicionais, verifica-se menor perceção de coparentalidade. Por seu lado, o modelo demonstrou que a participação paterna se associa a uma maior coparentalidade ($B = .68$, $SE = .10$, $p < .001$).

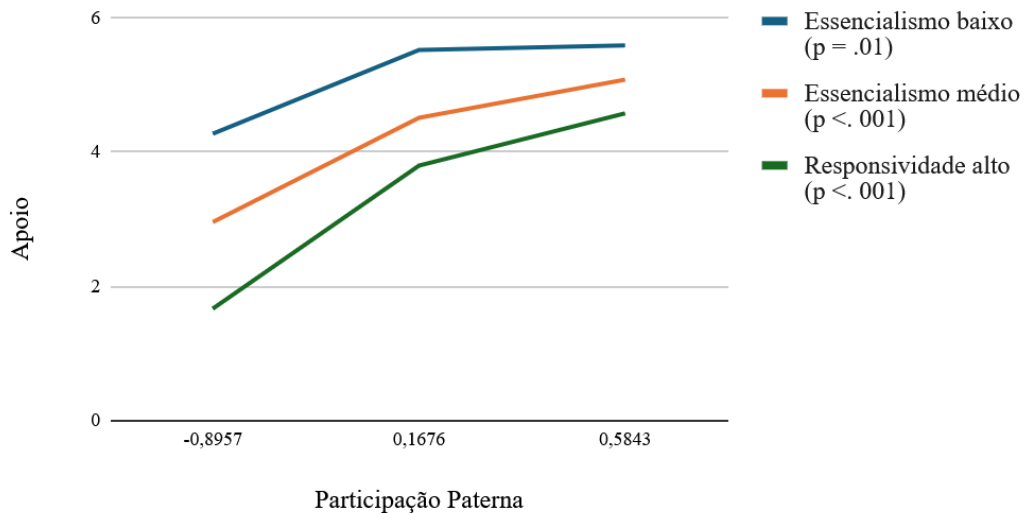
Dado o agregamento de várias facetas na coparentalidade, procurou-se uma vez mais perceber os efeitos moderadores do essencialismo nas subescalas positivas da coparentalidade. O essencialismo revelou assim correlações significativas com o apoio na coparentalidade, o reconhecimento e a proximidade.

Os resultados confirmaram que o modelo explica 74% do apoio na coparentalidade ($R^2 = .74$; $F(3,97) = 92.16$, $p < .001$). Dada a relação de covariância, percebemos que quanto maior a participação paterna maior o apoio na coparentalidade ($B = 1.34$, $SE = .20$, $p < .001$), sendo que quando o essencialismo está mais presente, verifica-se um efeito negativo deste sobre o apoio ($B = -.49$, $SE = .08$, $p < .001$). Ou seja, em contextos mais tradicionais, menor o apoio oferecido ou percebido (ver Anexo 7).

A relação entre o apoio e a participação paterna é moderado pelo essencialismo ($B = .30$, $SE = .11$, $p = .009$), indicando que em contextos mais tradicionais, a participação paterna é mais relevante, aumentando o apoio percebido (Figura 6).

Figura 6

Efeito moderador do essencialismo na relação entre participação paterna e apoio na relação coparental

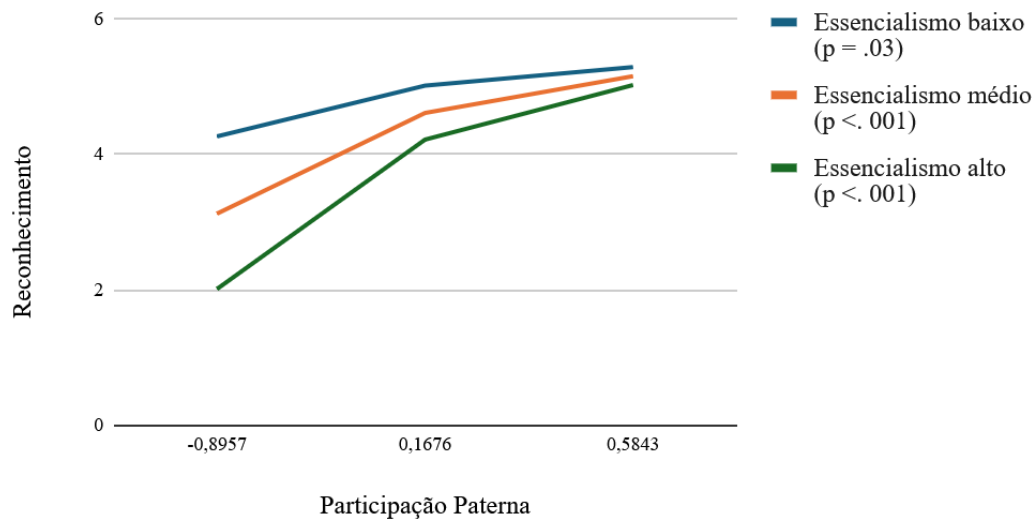


No reconhecimento, este modelo explica 73% da sua variância ($R^2 = .73$; $F(3,97) = 87.41$, $p < .001$). A par do apoio, o reconhecimento também detém um efeito positivo e significativo em relação à participação paterna ($B = 1.27$, $SE = .18$, $p < .001$) e o essencialismo surge associado a um efeito negativo ($B = -.32$, $SE = .08$, $p < .001$), revelando que em contextos mais tradicionais o reconhecimento diminuiu (ver Anexo 8).

A relação entre o reconhecimento e a participação paterna é também ele moderado pelo essencialismo ($B = .38$, $SE = .10$, $p < .001$). Ou seja, em contexto mais tradicionais, dado que a participação paterna não é à partida tão esperada, tem mais impacto na perceção de reconhecimento de que o papel coparental da mulher tem significado. Estes resultados de interação podem ser observados na figura 7.

Figura 7

Efeito moderador do essencialismo na relação entre participação paterna e reconhecimento na relação coparental

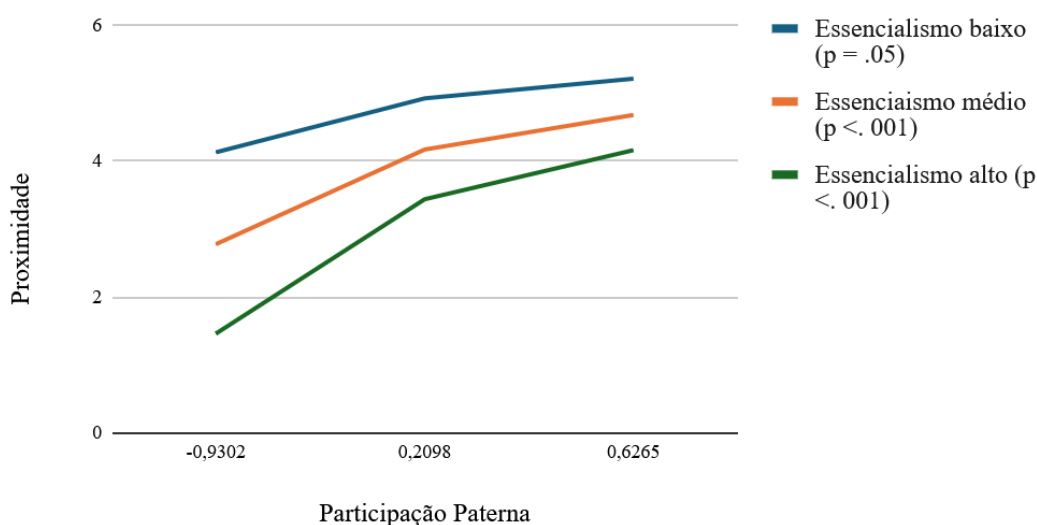


Para a proximidade, este modelo explica 69% da sua variância ($R^2 = .69$; $F(3,97) = 73.41$, $p < .001$), revelando correlações positivas e significativas com a participação paterna ($B = 1.20$, $SE = .21$, $p < .001$). Comumente com as outras subescalas da coparentalidade, a proximidade correlaciona-se negativamente com o essencialismo ($B = -.51$, $SE = .09$, $p < .001$) e este apresenta uma relação de moderação entre a proximidade e a participação paterna ($B = .30$, $SE = .12$, $p = .01$) (ver Anexo 9).

Não obstante, as interações demonstraram que para todas as valências positivas da coparentalidade, em contextos mais tradicionais (maiores níveis de essencialismo), a participação do pai é percebido como um comportamento relevante e diferenciado, aumentado a ideia, percebida pelas mulheres, de que a mãe e o pai trabalham como uma equipa. Já em contextos menos tradicionais, como a participação do pai já é esperada, o efeito é inexistente (Figura 8).

Figura 8

Efeito moderador do essencialismo na relação entre participação paterna e proximidade na relação coparental



Discussão

O presente estudo teve como principal objetivo analisar os efeitos da responsividade na participação paterna, na coparentalidade e no conflito trabalho-família, a fim de explorar os fatores envolvidos na dinâmica conjugal, no período de transição para a parentalidade.

A responsividade conjugal tem sido estudada como um fenómeno que descreve a forma como os casais interagem, comunicam e atentam às necessidades psicológicas e emocionais um do outro (Reis & Gable, 2015; Scorsolini-Comin & Santos, 2011). Este construto compreende a expectativa de presença do parceiro nos momentos difíceis, através da validação emocional e do cuidado (Reis, 2012).

Por conseguinte, compreender os seus efeitos na coparentalidade, na participação paterna e no conflito trabalho-família constituiu um contributo relevante para o aprofundamento do conhecimento sobre os processos emocionais e relacionais que sustentam a adaptação dos casais à coparentalidade.

Para tal, o primeiro contributo do presente trabalho correspondeu à validação da Escala de Responsividade Conjugal de Smallen et al. (2022) (Estudo 1), inexistente até à data na literatura portuguesa. A opção de validar esta escala deveu-se à ausência de instrumentos adaptados ao contexto português capazes de capturar a responsividade conjugal, segundo o

modelo relacional proposto por Reis e Gable (2015). A presente escala foi assim validada para uma amostra de mães portuguesas. Embora o estudo se dirigisse a pais e mães, o número de pais participantes não permitiu realizar a testagem da escala, pelo que esta foi validada somente com as mães, garantindo por essa via a compreensão das percepções femininas nas relações conjugais e parentais, que se exploraram no Estudo 2. Os resultados demonstraram que a escala, na sua versão traduzida, mantinha a sua estrutura unifatorial, apresentando um ajustamento adequado à realização de análises paramétricas. A validação constituiu um elemento distintivo deste trabalho, além de permitir que as análises paramétricas realizadas pudessem ser analisadas com maior rigor e fiabilidade.

No Estudo 2, pretendia-se analisar o efeito moderador da responsividade nas relações entre a participação paterna, o conflito trabalho-família e a coparentalidade. Os resultados obtidos com os modelos de moderação da relação entre participação paterna e coparentalidade permitiram confirmar parcialmente a Hipótese 1, evidenciando que a participação paterna tem um impacto mais expressivo na percepção de coparentalidade, quando os pais apresentam níveis de responsividade para com as suas companheiras, no entanto essa relação apenas ocorre perante níveis médios ou baixos de responsividade.

Concretamente, a participação paterna correlacionou-se positivamente com a coparentalidade, tanto na escala global, como nas suas dimensões positivas - apoio, reconhecimento e proximidade. Todavia, a relação entre a participação paterna e a coparentalidade apenas foi moderada pela responsividade nas subescalas referidas, o que sugere que o efeito da responsividade apenas se manifesta nas dimensões mais relacionais e afetivas da coparentalidade. Este resultado poderá também indicar que ao considerar a escala total da coparentalidade, o peso destas dimensões específicas seja diluído, atenuando o efeito global da moderação.

Em contextos de alta responsividade verificou-se que a participação paterna detinha baixo impacto na coparentalidade, uma vez que esta relação positiva já estava maximizada. Em contrapartida, quando a responsividade era média ou baixa, a participação do pai apresentava um impacto mais expressivo na coparentalidade. Nos estudos de Smallen et al. (2022) e Tissot e Falcke (2017) a responsividade assumia-se como um fator relacional protetor. No nosso estudo, essa proteção não foi evidente, já que em contextos de elevada responsividade esta não atenua os efeitos na coparentalidade da baixa participação paterna. Contudo, evidenciamos que o envolvimento do parceiro nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos parece ser assim mais impactante, para a perspetiva de equipa parental, em

contextos onde a validação emocional, a escuta e a disponibilidade afetiva para a mulher não estão tão presentes.

Esta constatação remete para a importância de atentar no momento do ciclo de vida em que estes casais se encontram. Nos primeiros anos de vida da criança, a participação paterna poderá assumir um maior peso, em prol da sensibilidade de resposta às necessidades emocionais da mãe. Assim, o apoio prático e a colaboração efetiva do pai poderão ser mais valorizados, dado o período de grande ajustamento a que nos referimos. A participação no cuidado diário parece assumir assim um papel mais tangível e imediato, com maior impacto na coparentalidade percebida pelas mães, no entanto, esta relação poderá alterar-se ao longo do tempo.

Rempel et al. (2019), num estudo longitudinal entre os nove meses de gestação e os primeiros nove meses de vida da criança - em que se implementava uma intervenção na comunidade sobre a responsividade sensível, a autonomia e a coordenação interativa para casais que procuravam funcionar mais em equipa - verificaram que a responsividade paterna previa o menor declínio da relação conjugal. Os autores avançaram que comportamentos paternos responsivos, reconhecidos pelas mães, aumentavam a qualidade da relação conjugal. Estes resultados sugerem que o papel amplificador da responsividade pode emergir ao longo do tempo, não sendo necessariamente observável num recorte transversal, como o do presente estudo.

Acresce referir, no entanto, que a par dos resultados encontrados por Rempel et al. (2019), o estudo atual reforça que o apoio e a ajuda do parceiro são fundamentais para a percepção da mãe de que a parentalidade funciona como uma equipa, atenuando o efeito negativo de ter um filho na qualidade da relação (McClain e Brown, 2017).

Outro aspeto a ter em consideração na análise desta evidência associa-se à relevância do contexto cultural onde os casais se inserem. Os papéis de género tendem a moldar a forma como os casais enfrentam a vida familiar e doméstica (Monteiro et al., 2010; Pinho & Gaunt, 2020), seja numa perspetiva mais tradicionalista, seja segundo uma orientação mais igualitária. As crenças de género parecem estar ainda mais marcadas na vida familiar de casais em transição para a parentalidade, onde a sobrecarga e exigência associada ao cuidado de uma criança é exacerbada.

De acordo com a visão essencialista dos papéis parentais, homens e mulheres detêm aptidões inatas para diferentes tipos de tarefas domésticas e de cuidados. Segundo Gaunt e Deutsch (2024), a divisão igualitária do trabalho familiar pode ser percebida como um

desafio, na medida em que exige que os casais transcendam as normas e ideais de género, socialmente expectáveis. Os autores demonstram que a manutenção da divisão tradicional de cuidados está relacionada com as crenças essencialistas, influenciando não apenas o tipo e a qualidade da participação paterna, mas também, o investimento das mães no papel de cuidadoras, que tendiam a ser vistas como insubstituíveis no seu papel parental.

Importa igualmente considerar, que em contextos mais essencialistas, quando as mães acreditam que o lugar natural do pai não é o cuidar, é expectável que a participação paterna tenha um impacto mais expressivo na perceção de coparentalidade. Nestes casos, a participação paterna representa uma quebra nas expectativas de género e, consequentemente, corresponde a um comportamento mais valorizado pelas mães.

Os resultados complementares do presente estudo demonstraram que, efetivamente, a participação paterna e as dimensões da coparentalidade - apoio, proximidade, reconhecimento - estão correlacionadas e são moderadas pelo essencialismo. Em contextos mais igualitários, onde as crenças essencialistas eram mais baixas, o aumento da participação do pai não alterava substancialmente a perceção materna de apoio, reconhecimento e proximidade na coparentalidade. Todavia, em contextos tradicionais, a participação do pai associava-se a maiores níveis de coparentalidade. A participação do pai era mais valorizada e reconhecida pela mãe em contextos onde se esperava que o seu envolvimento fosse menor.

Esta evidência vai ao encontro de Wang e Chueng (2023), que avançaram que, numa amostra de casais chineses, pais com crenças mais tradicionalistas ofereciam menos apoio às mães, de forma a manter o papel tradicional de autoridade, e detinham menos participação no cuidado dos filhos. Os autores demonstram que as atitudes dos pais e as expectativas culturais poderiam ser preditores mais fortes do envolvimento paterno, já que atitudes e crenças mais tradicionais relacionavam-se negativamente com o envolvimento parental, em ambos os géneros: o pai mais tradicionalista participava menos no cuidado parental, no elogiar e no apoiar e a mãe mais tradicional era menos envolvida na educação dos seus filhos.

Por seu lado, Offer e Kaplan (2021), num contexto ocidental, demonstram que pais mais tradicionais estariam menos envolvidos no cuidado dos filhos, enquanto que pais com uma visão mais igualitária dos papéis de cuidado, detinham mais facilidade na expressão emocional e eram mais responsivos às necessidades dos seus filhos.

No que concerne à Hipótese 2, esta foi novamente parcialmente confirmada. Ainda que a responsividade não tenha moderado a relação entre o conflito trabalho-família e a dimensão global da coparentalidade, nem o domínio do apoio, verificou-se um efeito significativo na

dimensão da sabotagem na coparentalidade. Os resultados demonstraram que em situações de baixa de responsividade os efeitos negativos do conflito trabalho-família na sabotagem na coparentalidade são acentuados. Neste sentido, sugere-se que quando o homem não é emocionalmente atento e empático para com as necessidades da sua companheira, tal pode acentuar os comportamentos de interferência, desvalorização e crítica no exercício conjunto da parentalidade.

Estes comportamentos poderão emergir por *spillover* do domínio laboral, transpondo os sentimentos de frustração e exaustão deste contexto para o ambiente familiar (Matias & Fontaine, 2012). Assim, a percepção materna de que o pai está a competir com ela por se achar melhor no papel parental, percepção que tende a intensificar-se quando a mãe se sente sobrecarregada na articulação entre o trabalho e o cuidado, é acentuada quando o pai não é responsivo e atento às necessidades emocionais da mãe.

Autores como ter Kuile et al. (2021) e Smallen et al. (2022), teorizaram que companheiros mais compreensivos e atentos, especialmente nos momentos de grande conflito, tenderiam a mitigar o impacto do conflito trabalho-família na percepção de coparentalidade. No nosso estudo, este efeito mitigador não é evidente, mas a ausência desta validação do companheiro é sim acentuadora dos efeitos já negativos do conflito trabalho-família. Quando os pais não estão tão atentos às necessidades emocionais e à sobrecarga psicológica que as mães sentem, estas vivenciam este desafio da conciliação como mais negativo, pois isto acresce à sua já sobrecarga e percepção de indisponibilidade para a família, vendo o pai como uma ameaça à sua competência, ou ainda, uma ameaça à relação que têm com o seu próprio filho.

Diferentemente de Antunes et al. (2019), que demonstraram que na população portuguesa, o apoio do pai levava a comportamentos mais colaborativos da mãe e a menos comportamentos que promoviam a triangulação entre pai/mãe/filho ou o conflito com o companheiro, os nossos resultados demonstram que esta associação poderá depender de fatores adicionais, como a realização ou partilha de tarefas e condições estruturais do conflito trabalho-família, que podem limitar o efeito protetor da responsividade.

Estas descobertas aprofundam a compreensão da relação conjugal, coparental e responsividade em casais com filhos até três anos, através de uma perspetiva ecológica e sistémica (Bronfenbrenner, 1979). Os diferentes tipos de análise permitem integrar os níveis de funcionamento relacional (responsividade), ideológico-cultural (essencialismo), comportamental (participação parental) e parental como um todo, dentro do construto lato da

relação conjugal, evidenciando a interdependência destes domínios.

Contributos, limitações e estudos futuros

O presente estudo enaltece contributos teóricos e metodológicos relevantes para a melhor compreensão da coparentalidade no contexto português. Em primeiro lugar, compreendeu a validação inicial de um instrumento sensível às especificidades culturais e linguísticas do contexto, aumentando o contributo científico nesta área.

Em segundo lugar, destaca-se a integração da responsividade conjugal, do essencialismo de género, da participação paterna e do conflito trabalho-família num modelo sistémico, que possibilita a melhor compreensão das dinâmicas familiares, numa etapa crítica do ciclo vital. A responsividade revela-se, nestes domínios, um construto por vezes assimétrico, com impactos distintos nas diferentes variáveis. Não obstante, a sua introdução e análise permitiu a melhor compreensão da coparentalidade e do conflito trabalho-família.

O estudo reforça a importância e significância dos diversos papéis adotados, das expectativas e dos padrões de interação conjugal durante a transição para a parentalidade e especialmente a sua redefinição perante os momentos de conflito.

Entre as limitações encontradas salienta-se o tamanho e composição amostral, que restringem a generalização de resultados. A par disto, a manifestação de efeitos apenas em algumas subescalas da coparentalidade admite uma exploração parcial destes resultados, que poderá relacionar-se com o reduzido tamanho amostral, que dificulta a análise de tamanhos de efeito mais fortes.

Adicionalmente, verificou-se uma dificuldade conceptual na distinção entre processos de moderação e mediação, que poderá ser aprofundado em investigações futuras. A integração da dimensão de género revelou-se também limitada, especialmente associada à predominância de mães na amostra e à complexidade dos modelos em análise. A possibilidade de enviesamento de resultados por desejabilidade social deve igualmente ser considerada, nomeadamente devido ao modelo de recolha de dados utilizado, que incentivava os casais a convidarem o seu companheiro/a sua companheira a também participar.

A investigação futura deverá considerar a preferência por estudos longitudinais que permitam captar a evolução das dinâmicas parentais ao longo do tempo, com amostras maiores e mais diversificadas favorecendo a inclusão dos pais (homens) e a generalização de resultados. Estudos longitudinais são também necessários para a análise dos efeitos da responsividade conjugal a médio e longo prazo, procurando perceber como este construto

pode afetar a coparentalidade e o conflito trabalho-família ao longo do tempo.

Amostras maiores são ainda recomendadas para a nova validação da escala, com o objetivo último de reforçar a confiabilidade e a generalização do instrumento, ampliando o alcance dos seus resultados à população portuguesa.

Sugere-se de igual forma a análise de efeitos cruzados com o essencialismo materno e paterno, assim como a integração de novas variáveis, como a divisão real de tarefas e o suporte social, de modo a melhor compreender os mecanismos que sustentam a coparentalidade positiva. É de realçar que estas novas variáveis deverão aceder às expectativas sociais associadas à paternidade, como o acesso real a políticas laborais de cuidados infantis realizadas para e pelos homens, especialmente o cumprimento ou não das licenças parentais.

Globalmente, o presente estudo contribuiu para consolidar o conhecimento sobre as dinâmicas familiares contemporâneas, demonstrando que a responsividade e as crenças de género continuam a moldar a forma como pais e mães vivenciam a sua parentalidade, revelando-se dimensões centrais para a promoção de uma coparentalidade mais equitativa e emocionalmente saudável.

Estes resultados reforçam a importância de políticas e práticas parentais que valorizem a partilha de responsabilidades e reconhecimento emocional mútuo, especialmente numa fase em que a construção de família deverá ser mais cooperativa e equitativa. De igual modo, programas de promoção da coparentalidade deverão incluir a prática de comportamentos conjugais mais responsivos, de forma a evitar a erosão da coparentalidade durante os conflitos e desafiar crenças essencialistas ainda presentes na sociedade.

Referências Bibliográficas

- Antunes, N., Salomé Vieira-Santos, Ribeiro, M.-T., & Roberto, M. S. (2019). Portuguese version of the partner support for father involvement scale: Preliminary validation. *Journal of Child and Family Studies*, 28(4), 917–927. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01342-7>
- Berry, J. O., & Jones, W. H. (1995). The parental stress scale: Initial psychometric evidence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 12(3), 463–472.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Büchau, S., Schober, P. S., & Becker, D. (2021). Couples' communication behaviour and the gender division of family work across the transition to parenthood. *Journal of Family Issues*, 0192513X2110551. <https://doi.org/10.1177/0192513x211055111>
- Carlson, D. S., Kacmar, K. M., & Williams, L. J. (2000). Construction and initial validation of a multidimensional measure of work–family conflict. *Journal of Vocational Behavior*, 56, 249–276. doi:10.1006/jvbe.1999.1713
- Chen, F., Curran, P. J., Bollen, K. A., Kirby, J., & Paxton, P. (2008). An empirical evaluation of the use of fixed cutoff points in RMSEA test statistic in structural equation models. *Sociological Methods & Research*, 36(4), 462–494. <https://doi.org/10.1177/0049124108314720>
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of coparenting. *Journal of Child & Family Studies*, 24(12), 3636–3651. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0172-0>
- Cowan, C. P., & Cowan, P. A. (2000). *When partners become parents: The big life change for couples*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers
- Cowan, C. P., Cowan, P. A., Heming, G., Garret, E., Coysh, W. S., Curtis-Boles, H., & Boles, A. J. (1985). Transitions to parenthood. *Journal of Family Issues*, 6(4), 451–481. <https://doi.org/10.1177/019251385006004004>
- Cowan, P. A., Cowan, C. P., Pruett, M. K., Pruett, K., & Wong, J. J. (2009). Promoting fathers' engagement with children: preventive interventions for low-income families. *Journal of Marriage and Family*, 71(3), 663–679. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00625.x>

- Crespi, I., & Ruspini, E. (2015). Transition to fatherhood: New perspectives in the global context of changing men's identities. *International Review of Sociology*, 25(3), 353–358. <https://doi.org/10.1080/03906701.2015.1078529>
- Favez, N., Wiltgen Tissot, H., Frascarolo, F., Stiefel, F., & Despland, J.-N. (2015). Sense of competence and beliefs about Parental roles in mothers and fathers as predictors of coparenting and child engagement in mother-father-infant triadic interactions. *Infant and Child Development*, 25(4), 283–301. <https://doi.org/10.1002/icd.1934>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-Domain self-report measure of coparenting. *Parenting*, 12(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Ferreira, B., Veríssimo, M., Santos, A. J., Fernandes, C., & Cardoso, J. (2013). Escala de sentimento de competência parental: Análise confirmatória do modelo de medida numa amostra de pais portugueses. *Laboratório de Psicologia*, 9(2). <https://doi.org/10.14417/lp.630>
- Gaunt, R., & Deutsch, F. M. (2024). Mother's instinct? Biological essentialism and parents' involvement in work and childcare. *Sex Roles*. <https://doi.org/10.1007/s11199-024-01451-8>
- Hayes, A. F. (2022). *PROCESS macro for SPSS (Version 5.0) [Computer software]*. www.processmacro.org
- Johnston, C., & Mash, E. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy [Review of *A measure of parenting satisfaction and efficacy*]. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167–175.
- Kelley, H. H., LeBaron-Black, A., Hill, E. J., & Meter, D. (2021). Perceived family and partner support and the work-family interface: A meta-analytic review. *Revista de Psicología Del Trabajo Y de Las Organizaciones*, 37(3), 143–155. <https://doi.org/10.5093/jwop2021a15>
- Kouros, C. D., Papp, L. M., Goeke-Morey, M. C., & Cummings, E. M. (2014). Spillover between marital quality and parent-child relationship quality: Parental depressive symptoms as moderators. *Journal of Family Psychology*, 28(3), 315–325. <https://doi.org/10.1037/a0036804>

- Kuo, P. X., Lee, K., Johnson, V. J., & Starr, E. J. (2022). Investigating moderators of daily marital to parent-child spillover: Individual and family systems approaches. *Family Relations*. <https://doi.org/10.1111/fare.12777>
- Lalanda, P. (2024). Parentalidade no masculino. *SOCIOLOGIA on LINE*, 35, 11–40. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2024.35.1>
- Lamela, D., & Jongenelen, A. M. I. (2018). Validação psicométrica da escala da relação coparental em mães portuguesas. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 585-600. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5564>
- Lévesque, S., Bisson, V., Charton, L., & Fernet, M. (2020). Parenting and relational well-being during the transition to parenthood: Challenges for first-time parents. *Journal of Child and Family Studies*, 29(7), 1938–1956. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01727-z>
- Liss, M., Schiffrin, H. H., Mackintosh, V. H., Miles-McLean, H., & Erchull, M. J. Intensive parenting attitudes questionnaire. *Journal of Child and Family Studies*.
- Machin, A. J. (2015). Mind the gap: The expectation and reality of involved fatherhood. *Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice about Men as Fathers*, 13(1), 36–59.
- Marôco, J. (2014). Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações (2nd ed.). Pero Pinheiro.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65–90.
- Matias, M., Andrade, C., & Fontaine, A. M. (2011). Diferenças de género no conflito trabalho-família: Um estudo com famílias portuguesas de duplo-emprego com filhos em idade pré-escolar. *PSICOLOGIA*, 25(1), 9. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v25i1.277>
- Matias, M & Ferreira, T. (2019). *Tradução do instrumento de avaliação da qualidade da relação – Quality of marriage index de Norton, 1983*. Versão não publicada
- Matias, M., & Fontaine, A. M. (2011). The role of gender when family intersects work: Conflict or facilitation? *Psicologia, Educação e Cultura*, 25, 337-354.
- Matias, M., & Fontaine, A. M. (2012). A conciliação de papéis profissionais e familiares: o mecanismo psicológico de spillover. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 28(2), 235–244. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722012000200012>

- Matias, M. (2019). Género e conciliação. In C. Andrade, C. Antunes, J. Gato, L. Faria, M. Matias, & S. Coimbra (Orgs.), *Olhares de Psicologia Diferencial* (pp. 1–19). Mais Leitura.
- McClain, L., & Brown, S. L. (2016). The roles of fathers' involvement and coparenting in relationship quality among cohabiting and married parents. *Sex Roles*, 76(5-6), 334–345. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0612-3>
- Mickelson, K. D., & Marcussen, K. (2023). Gender and the transition to parenthood. In *Springer eBooks*. Springer Nature. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-24155-0>
- Mixão, M. L., Leal, I. & Marôco J. (2010). Escala de stress parental. In: Leal I and Maroco J (Eds.) *Avaliação Em Sexualidade e Parentalidade* (pp.187-206). Porto, Portugal: LivPsic.
- Monteiro, L., Fernandes, M., Veríssimo, M., Pessoa e Costa, I., Torres, N., & Vaughn, B. E. (2010). Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias nucleares: Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 44(1), 120-130.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., & Pessoa e Costa, I. (2008). Escala de envolvimento parental: Actividades de cuidados e de socialização (manual não publicado). ISPA - Instituto Universitário.
- Nomaguchi, K., Brown, S., & Leyman, T. M. (2015). Fathers' participation in parenting and maternal parenting stress: Variation by relationship status. *Journal of Family Issues*, 38(8), 1132–1156. <https://doi.org/10.1177/0192513x15623586>
- Norton, R. (1983). Measuring marital quality: A critical look at the dependent variable. *Journal of Marriage and the Family*, 45(1), 141–151. <https://doi.org/10.2307/351302>
- Offer, S., & Kaplan, D. (2021). The “new father” between ideals and practices: New masculinity ideology, gender role attitudes, and fathers' involvement in childcare. *Social Problems*, 68(4), 986–1009. <https://doi.org/10.1093/socpro/spab015>
- Okorn, A., van Hooff, M. L. M., ten Cate, A. E. N., Cillessen, A. H. N., & Beijers, R. (2025). Returning to work after maternity leave: a longitudinal study exploring changes in postpartum work resumption stress and its determinants. *Community, Work & Family*, 1–22. <https://doi.org/10.1080/13668803.2025.2465256>

- Oliveira, M. A. da S., Cruz, M. A. da, Estrela, F. M., Silva, A. F. da, Magalhães, J. R. F. de, Gomes, N. P., Pereira, Á., & Sousa, A. R. de. (2022). Papel paterno nas relações familiares: revisão integrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0306345>
- Ostroff, J. S., Woolverton, K. S., Berry, C., & Lesko, L. M. (1996). Use of the mental health inventory with adolescents: A secondary analysis of the Rand Health Insurance Study. *Psychological Assessment*, 8(1), 105–107. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.8.1.105>
- Pinho, M., & Gaunt, R. (2021). Biological essentialism, gender ideologies, and the division of housework and childcare: comparing male carer/female breadwinner and traditional families. *The Journal of Social Psychology*, 164(1), 1–17. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1983508>
- Reis, H. T. (2012). Perceived partner responsiveness as an organizing theme for the study of relationships and well-being. *Interdisciplinary Research on Close Relationships: The Case for Integration.*, 27–52. <https://doi.org/10.1037/13486-002>
- Reis, H. T., & Gable, S. L. (2015). Responsiveness. *Current Opinion in Psychology*, 1, 67–71. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.01.001>
- Rempel, J. K., Rempel, L. A., Hoa, D. T. P., Vui, L. T., & Long, T. K. (2019). Parenting Teamwork: The impact of a fathering intervention on mothers and infants in Vietnam. *Child Development*, 91(2). <https://doi.org/10.1111/cdev.13244>
- Ribeiro, J. L. P. (2001). Mental health inventory: Um estudo de adaptação à população portuguesa. *Psicologia, saúde & doenças*, 77-99.
- Sarmiento, T. (2024). Parentalidade intensiva na transição para a parentalidade em pais e mães portugueses [dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto.
- Schoppe-Sullivan, S. J., Wang, J., Yang, J., Kim, M., Zhang, Y., & Yoon, S. H. (2023). Patterns of coparenting and young children's social-emotional adjustment in low-income families. *Child Development*, 94(4). <https://doi.org/10.1111/cdev.13904>
- Scorsolini-Comin, F. & Santos. (2011). Ajustamento diádico e satisfação conjugal: correlações entre os domínios de duas escalas de avaliação da conjugalidade. *Psicol. Reflex. Crit.*, 24 (3). <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000300007>

- Smallen, D., Eller, J., Rholes, W. S., & Simpson, J. A. (2022). Perceptions of partner responsiveness across the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*. <https://doi.org/10.1037/fam0000907>
- ter Kuile, H., der Lippe, T., & Kluwer, E. S. (2021). Relational processes as predictors of relationship satisfaction trajectories across the transition to parenthood. *Family Relations*. <https://doi.org/10.1111/fare.12546>
- The Jamovi Project. (2024). *Jamovi (Version 2.6) [Computer software]*. <https://www.jamovi.org>
- Tissot, D. W., & Falcke, D. (2017). Conjugalidade in the different stages of the family vital cycle. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 265. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1399>
- Van Egeren, L. A. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25(5), 453–477. <https://doi.org/10.1002/imhj.20019>
- Vieira, J. M., Lopez, F. G., & Matos, P. M. (2014). Further validation of work–family conflict and work–family enrichment scales among portuguese working parents. *Journal of Career Assessment*, 22(2), 329–344. <https://doi.org/10.1177/1069072713493987>
- Wall, K., Aboim, S., Cunha, V. (2010). A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- Wang, I. & Chueng, R.. (2023). Parents’ gender role attitudes and child adjustment: The mediating role of parental involvement. *Parents’ Gender Role Attitudes and Child Adjustment: The Mediating Role of Parental Involvement*, 89. <https://doi.org/10.1007/s11199-023-01386-6>
- Wang, J., & Schoppe-Sullivan, S. (2023). Do associations between coparenting relationships and parenting behaviors differ for new mothers and fathers? *Journal of Family Psychology*, 37(5), 647–657. <https://doi.org/10.1037/fam0001112>
- Yavorsky, J. E., Kamp Dush, C. M., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2015). The production of inequality: The gender division of labor across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and Family*, 77(3), 662–679. <https://doi.org/10.1111/jomf.12189>
- Zhang, Y., Xie, R., Yan, R., Wang, D., Ding, W., & Sun, B. (2024). Bidirectional longitudinal relationships between parents’ positive coparenting, marital satisfaction, and

parental involvement. *Journal of Social and Personal Relationships*.
<https://doi.org/10.1177/02654075241231010>

Anexos

Anexo 1

Característica sociodemográficas da amostra

		%
Nacionalidade		
	Portuguesa	84.2
	Brasileira	15.8
Estado Civil		
	Casada	49.5
	União de Facto	32.7
	Solteira	11.9
	Divorciada/Separada	5.9
Escolaridade		
	9º ano	1
	12º ano	21.8
	Curso de especialização tecnológica	9.9
	Curso técnico superior profissional	7.9
	Licenciatura	37.6
	Mestrado	17.8
	Doutoramento	3
	Outro	1
Situação Profissional		
	Trabalhadora por conta de outrém sem posição de chefia	82.2
	Trabalhadora por conta de outrém com posição de chefia	6.9
	Trabalhadora independente/por conta própria	5.9
	Desempregada	2
	Em situação de baixa médica	3

Regime Horário		
	Trabalho a tempo inteiro	93.1
	Trabalho a tempo parcial	4
	Outro	3
Horário		
	Horário irregular (turnos, noites, fins de semana ou outro)	26.7
	Horário regular (intervalo 7h-19h)	73.3
Tamanho Empresa		
	Pequena (menos de 50 trabalhadores)	40.6
	Média (50 a 250 trabalhadores)	24.8
	Grande (mais de 250 trabalhadores)	31.7
	Não aplicável	3
Rendimento		
	Abaixo dos 870€	2
	Entre os 870€ e os 1800€	26.7
	Entre os 1800€ e os 2700€	21.8
	Entre os 2700€ e os 3600€	34.7
	Entre os 3600€ e os 4500€	9.9
	Acima de 4500€	5
Rendimento Suficiente		
	Muito insuficiente	6.9
	Insuficiente	34.7
	Suficiente	53.5
	Mais do que suficiente	5
Coabitação		
	Sim	84.2
	Não	15.8
Pais 1ª Vez		

	Sim	93.1
	Não	6.9
Nº de filhos		
	Um	66.3
	Dois	26.7
	Três	6.9
Gravidez		
	Sim	18.8
	Não	81.2

Anexo 2

Saturações fatoriais padronizadas dos itens da Escala de Responsividade Conjugal (AFC)

Item	Descrição do Item	B	DP	λ	z
1	O meu companheiro/a minha companheira aceita-me, incluindo as minhas melhores e piores características	1.00	.00	.91	–
2	Posso contar com o meu companheiro/a minha companheira para se importar comigo, independentemente do que me esteja a acontecer.	1.08	.03	.98	42.30
3	Quando estou preocupado/a ou chateado/a, o meu companheiro/a minha companheira aproxima-se para prestar suporte ou conforto.	-1.06	.02	-.96	-47.30
4	O meu companheiro/A minha companheira é muito bom/boa a reconhecer as minhas necessidades e sentimentos, mesmo quando estes são diferentes dos seus.	-1.01	.02	-.92	-43.50

5	O meu companheiro/A minha companheira por vezes não se apercebe ou interpreta mal quando preciso de ajuda e de compreensão.	-.80	.04	-.72	-18.30
6	Demasiadas vezes, o meu companheiro/a minha companheira não se apercebe quando estou chateado/a ou preocupado/a com alguma coisa.	.80	.04	.73	19.30

Nota. B = estimativa não padronizada; DP = desvio padrão; λ = saturação padronizada. Todas os parâmetros foram estatisticamente significativos ($p < .001$)

Anexo 3

Efeito moderador responsividade na participação paterna e no apoio na coparentalidade (N = 100)

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	4.27**	.11	39.71	4.06	4.48
Participação Paterna	0.70**	.20	3.50	.30	1.10
Responsividade	.62**	.08	7.49	.46	.79
Participação Paterna*Responsividade	-.22*	.08	-2.74	-.38	-.06
Sumário do Modelo	R ²	MSE	F	df1	df2
	.80	.68	131.43**	3	96

Nota. * < .01. ** < .001

Anexo 4

Efeito moderador responsividade na participação paterna e no reconhecimento na coparentalidade (N = 100)

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	4.37**	.10	44.99	4.18	4.56

Participação Paterna	.75**	.18	4.14	.39	1.11
Responsividade	.45**	.08	6.13	.31	.61
Participação Paterna*Responsividade	-.26**	.07	-3.63	-.40	-.12
Sumário do Modelo	R²	MSE	F	df1	df2
	.80	.55	125.23**	3	96

Nota. ** < .001.

Anexo 5

Efeito moderador responsividade na participação paterna e na proximidade na coparentalidade (N = 100)

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	3.93**	.12	32.26	3.69	4.17
Participação Paterna	.63*	.23	2.77	.18	1.09
Responsividade	.61**	.09	6.49	.42	.80
Participação Paterna*Responsividade	-.19*	.09	-2.10	-.37	-.01
Sumário do Modelo	R²	MSE	F	df1	df2
	.74	.87	91.58**	3	96

Nota. * < .05., ** < .001

Anexo 6

Efeito moderador responsividade no conflito trabalho-família e na sabotagem na coparentalidade (N = 99)

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	1.10**	.11	10.18	.89	1.32

Conflito	.29*	.14	2.06	.01	.57
Responsividade	-.52**	.07	-2.54	-.30	-.04
Conflito*Responsividade	-.17*	.07	-7.31	-.66	-.38
Sumário do Modelo	R²	MSE	F	df1	df2
	.61	.82	50.43**	3	95

Nota. * < .05. ** < .001

Anexo 7

Efeito moderador essencialismo na participação paterna e no apoio na coparentalidade (N = 101)

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	4.26**	.11	37.68	4.04	4.49
Participação Paterna	1.34**	.20	6.83	.94	1.73
Essencialismo	-.49**	.08	-5.84	-.66	-.32
Participação Paterna*Essencialismo	.30*	.11	2.67	.08	.53
Sumário do Modelo	R²	MSE	F	df1	df2
	.74	.90	92.16**	3	97

Nota. * < .01, ** < .001.

Anexo 8

Efeito moderador essencialismo na participação paterna e no reconhecimento na coparentalidade (N = 101)

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	4.37**	.10	42.73	4.16	4.57
Participação Paterna	1.27**	.18	7.19	.92	1.62

Participação Paterna*Essencialismo	.38**	.10	3.69	.17	.58
Essencialismo	-.32**	.08	-4.17	-.47	-.17
Sumário do Modelo	R²	MSE	F	df1	df2
	.73	.73	87.41**	3	97

Nota. ** < .001.

Anexo 9

Efeito moderador essencialismo na participação paterna e na proximidade na coparentalidade

Modelo	B	SE	t	LL	UL
Constante	3.96**	.12	32.62	3.71	4.20
Participação Paterna	1.20**	.21	5.69	.78	1.61
Participação Paterna*Essencialismo	.30*	.12	2.52	.07	.55
Essencialismo	-.51**	.09	-5.58	-.69	-.32
Sumário do Modelo	R²	MSE	F	df1	df2
	.69	1.04	73.41**	3	97

Nota. * = .01, ** < .001.